mercado de trabalho
conjuntura e análise

| NOVEMBRO 2007 |

34

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora de Administração e Finanças
Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Macroeconômicos
João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: http:/www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http:/www.ipea.gov.br/ouvidoria

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Lauro Ramos

Equipe
Carlos Henrique Leite Corseuil
Rosangela Cavaleri
Luciana Sales Marques - estagiária
Luana Moreira de Souza Furtado - estagiária

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO III

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 1

NOTAS TÉCNICAS 11

EFEITOS DA FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE NO DESEMPENHO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO BRASIL 13
Adriana Fontes
Danielle Carusi Machado

CONCEITO DE INFORMALIDADE/FORMALIDADE E UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA 23
Guilherme Issamu Hirata
Ana Flávia Machado

TRABALHO INSALUBRE E SALÁRIOS INDUSTRIAIS 31
Luiz Alberto Esteves

ANEXO ESTATÍSTICO 37

APRESENTAÇÃO

A consolidação de um cenário macroeconômico marcado pelo crescimento do nível de atividade com trajetória de preços sob controle permitiu que o desempenho recente do mercado de trabalho metropolitano desse continuidade ao padrão delineado ao longo do ano, com a melhora dos seus principais indicadores segundo as informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corroboradas por dados de outras fontes.

Se até então o grande destaque tinha ficado por conta do crescimento da ocupação, nos últimos meses a queda da taxa de desemprego passou a figurar, também, numa posição de relevo nessa avaliação. A marca de outubro último, quando o desemprego foi de 8,7%, é bastante expressiva, não só por ser o menor patamar para esse mês na nova PME, mas também por sinalizar que os fatores sazonais positivos do final de ano podem trazê-la para níveis significativamente menores. Vale frisar que os números recém-divulgados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para São Paulo confirmam essa trajetória.

É importante ter em mente que essa queda deve-se ao crescimento contínuo da ocupação, responsável pela criação de quase 1 milhão de postos de trabalho, em termos líquidos, ao longo do ano. As indicações de que a qualidade desses postos vem aumentando – diminuição da informalidade e da subocupação – refletiram-se na recuperação, mesmo que tímida, dos rendimentos médios reais e no crescimento palpável da massa de rendimentos. Mais alentador é que a aparente solidez do cenário macroeconômico torna lícito esperar que o mercado de trabalho permaneça aquecido em 2008, com melhoras adicionais nos indicadores de desempenho.

Além desta apresentação, da análise do comportamento do mercado de trabalho nos três primeiros trimestres de 2007 e do anexo estatístico, este número do boletim contém três notas técnicas. A primeira delas, assinada por Adriana Fontes, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), e Danielle Carusi Machado, da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisa os efeitos da formalização da unidade produtiva sobre a lucratividade dos microempreendedores, utilizando-se dos dados da Pesquisa da Economia Informal Urbana (Ecinf) do IBGE. As autoras investigam, em particular, os impactos indiretos através da maior disponibilidade de crédito para as firmas formais. Os resultados mostram que os negócios com acesso a crédito possuem maior lucratividade. Na segunda nota técnica, Guilherme Issamu Hirata e Ana Flávia Machado, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), discutem o conceito de informalidade/formalidade no mercado de trabalho e apresentam uma proposta de tipologia que, aplicada às informações da Pnad, consegue distinguir, de forma razoável, os grupos de trabalhadores de acordo com suas características. A terceira e última nota

técnica, de Luiz Alberto Esteves, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), investiga a possível existência de diferenciais compensatórios de salários para a indústria brasileira. Com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e dos Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência Social, o autor fornece fortes evidências de que os trabalhadores insalubres recebem uma compensação salarial por tal exposição ao risco.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

A performance macroeconômica[1] recente tem sido determinante para os bons resultados observados no âmbito do mercado de trabalho. No que diz respeito ao nível de atividade tem-se uma tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real nos últimos trimestres, alcançando a marca de 5,4% no segundo trimestre de 2007 (último trimestre com resultado disponível). Com relação ao terceiro trimestre de 2007 têm-se algumas evidências que levam a crer que essa tendência não deve ser revertida, pois tanto o crescimento anual da produção industrial como das vendas no varejo registram valores para esse trimestre bem superiores aos registrados nos últimos dois anos. Quanto à trajetória dos preços, a taxa de inflação anualizada tem oscilado nos últimos trimestres, mas tendendo a ficar dentro da meta estipulada pelo Banco Central (Bacen). O cenário macro, portanto, apresenta crescimento do nível de atividade com nível de preços controlado, o que tem impactos positivos no desempenho do mercado de trabalho.

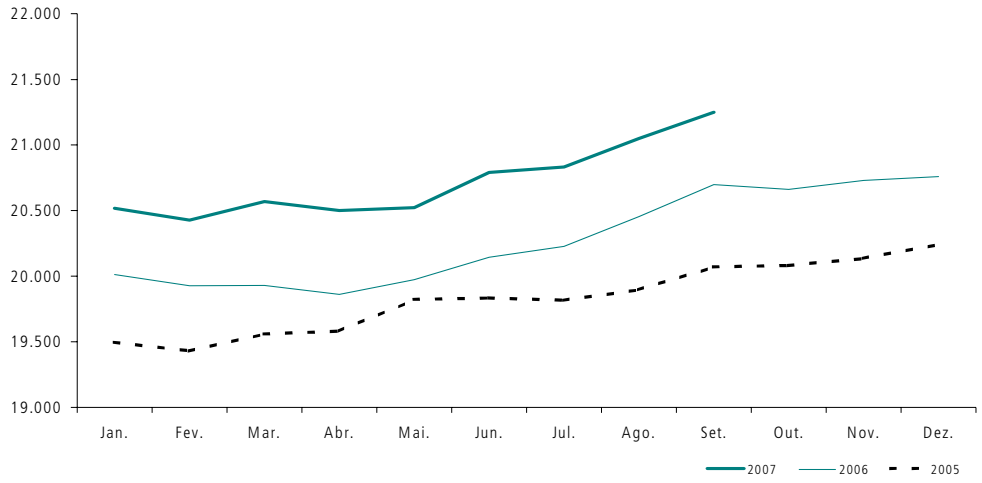
Ao analisarem-se os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano no terceiro trimestre de 2007, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível confirmar uma boa performance do mercado de trabalho, dando continuidade ao processo já destacado no último número deste boletim: crescimento contínuo do nível de ocupação com ampliação da quantidade de empregos com carteira assinada, manutenção da queda da taxa de desemprego e relativa estabilidade dos rendimentos reais em comparação com o mesmo trimestre de 2006.

O nível de ocupação no trimestre (julho a setembro) continua registrando variações positivas, conforme pode ser observado no gráfico 1. Levando-se em consideração o mês de

GRÁFICO 1

Nível de ocupação metropolitano

(Em milhares de pessoas)



1. Esses comentários são balizados em algumas estatísticas disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver: <www.ipeadata.gov.br>.

setembro, são cinco meses de crescimento do número de oportunidades de trabalho, o que sinaliza a manutenção dessa para os últimos meses do ano.

Isso, além de manter as taxas de variação mês a mês positivas, aumentou o ritmo de absorção da força de trabalho no total das seis regiões metropolitanas (RM) pesquisadas, considerado o comportamento das médias trimestrais nesse período. Essa aceleração do ritmo de criação de postos de trabalho ao longo do terceiro trimestre pode ser observada tanto na comparação com o trimestre anterior (variação de 2,1%) quanto na comparação com o mesmo trimestre do ano passado (variação de 2,9%).[2]

Em termos regionais, todas as RMs pesquisadas pela PME mostram crescimento da ocupação superior a 1,0% na comparação entre o terceiro trimestre de 2007 e o mesmo período de 2006.[3] Nesta comparação pode-se destacar a RM de Salvador com um crescimento de 6,1% durante o período em estudo. Também se encontra crescimento nas RMs pesquisadas na comparação entre o terceiro e o segundo trimestre de 2007. Durante esse período todas as RMs apresentaram crescimento superior ou próximo de 2%, com exceção da RM de Recife com um crescimento de 0,7%.[4]

A distribuição setorial desse processo aponta – comparando-se o patamar alcançado no terceiro trimestre com o verificado no segundo trimestre de 2007 – para os setores da administração pública[5] (4,6%), da indústria[6] (2,3%) e de intermediações financeiras[7] (2,7%), além da construção civil (2,5%), como os principais responsáveis pelo desempenho positivo da ocupação no trimestre, todos acima do observado para o total dos setores (2,1%).[8] Outros serviços[9] (1,4%) e comércio[10] (1,3%), acompanhando a recuperação do nível de atividade econômica, também apresentam aumentos. Nos serviços domésticos o crescimento foi mais modesto (0,2%), sendo o setor de outras atividades[11] o único a apresentar diminuição no número de trabalhadores (–8,9%).

Já quando se compara setembro último com setembro de 2006 encontra-se crescimento expressivo nas atividades de intermediações financeiras (5,4%), construção civil (5,4%) e administração pública (4,9%). A atividade de comércio (3,2%) também acompanha esse

2. Na comparação entre o segundo e o primeiro trimestre a variação foi de 0,5%.

3. Crescimento das seis RMs pesquisadas: variação entre o terceiro trimestre de 2007 e o mesmo período de 2006 – Belo Horizonte (3,6%), Porto Alegre (2,6%), Recife (1,0%), Rio de Janeiro (1,3%), Salvador (6,1%) e São Paulo (3,3%).

4. Crescimento das seis RMs pesquisadas: Variação entre o segundo e o terceiro trimestre de 2007 – Belo Horizonte (3,0%), Porto Alegre (2,3%), Recife (0,7%), Rio de Janeiro (1,9%), Salvador (2,1%) e São Paulo (2,2%).

5. Nesse agrupamento estão incluídas as atividades de administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

6. Nesse agrupamento estão incluídas as atividades de indústria extrativa e de transformação; e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

7. Nesse agrupamento de atividade, além da atividade de intermediações financeiras, estão incluídas as atividades de serviços prestados à empresa, aluguéis e atividades imobiliárias.

8. Variação trimestral (terceiro trimestre de 2007 em comparação ao segundo trimestre do mesmo ano) da população ocupada total.

9. Esse agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

10. Nesse agrupamento estão incluídas comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos; e comércio a varejo de combustíveis.

11. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

crescimento. Já as atividades de indústria (0,6%) e outros serviços (0,7%) permaneceram praticamente constantes, e as atividades de outras atividades (–10,3%) e serviços domésticos (–0,3%) apresentaram diminuição do número de pessoas ocupadas.

Ao analisar-se esse crescimento da força de trabalho, pode-se verificar a crescente demanda por mão-de-obra qualificada nos últimos quatro anos. Pessoas com 11 anos ou mais de estudo absorvendo mais de 50,0% do mercado de trabalho no mês de setembro de 2007. Esse crescimento chama a atenção, pois pode-se notar que dentro de um pequeno período de tempo aumentou em quase 10 pontos percentuais (p.p.) o número de trabalhadores com alta qualificação. Já ao se analisar os trabalhadores com menos de quatro anos de estudo, observa-se um efeito contrário: queda de mais de 2,0 p.p.

Outro fato notável a respeito da escolarização dos trabalhadores é a evolução da oferta por mão-de-obra qualificada. O percentual da população economicamente ativa com alto grau de escolaridade já apresenta o valor de 53,2% em setembro de 2007. Se comparado os valores absolutos de janeiro de 2003 até setembro de 2007, obtem-se um crescimento de 34,4%, o que sugere uma reação da oferta ao aumento da demanda.

GRÁFICO 2

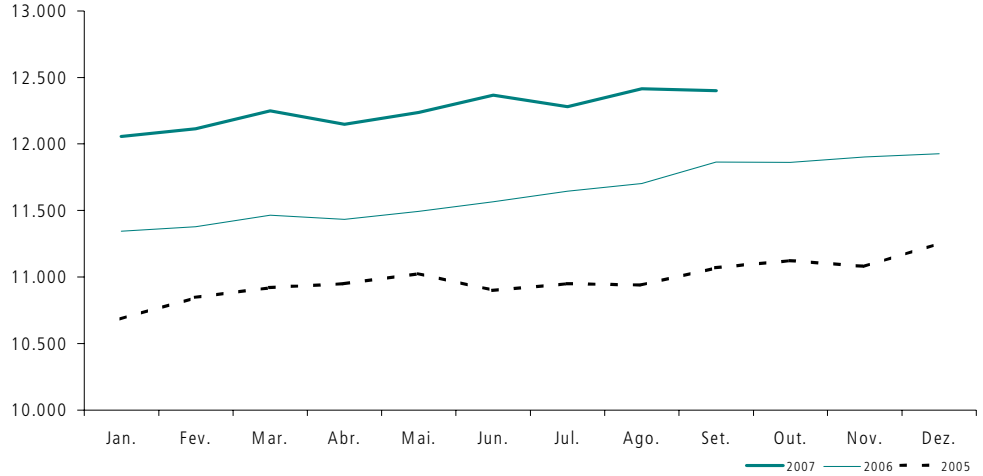
Pessoas ocupadas por anos de estudo

(Em %)

GRÁFICO 3

População economicamente ativa com 11 anos ou mais de estudo

(Em milhares de pessoas)



Ainda no que se refere ao comportamento da ocupação, um aspecto que merece acompanhamento cuidadoso é o que diz respeito às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho. Nesse sentido pode-se verificar um crescimento acentuado nos últimos anos da população ocupada com carteira assinada (ver tabela a seguir). Esse fato vem na contramão de uma das principais características do mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990 – particularmente o das RMs – que foi a acentuada deterioração da qualidade dos vínculos, com um crescimento apreciável da participação das formas de inserção precárias: assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria.

Percentual da população ocupada

Período	3º trimestre/2004	1º trimestre/2007	2º trimestre/2007	3º trimestre/2007
Com carteira assinada	43,4	46,4	46,7	47,5
Sem carteira assinada	22,7	21,0	21,0	20,5
Conta-própria	20,5	19,6	19,9	19,5

Também nesse sentido pode-se observar um crescimento do número de trabalhadores que permanecem no mesmo trabalho por mais de um ano. Verificando-se um acréscimo de 2,6% em setembro de 2007 quando comparado com janeiro de 2003. Em valores absolutos são 2,7 milhões de trabalhadores que permaneceram no mesmo emprego por mais de um ano. No mês de setembro de 2007, segundo a PME/IBGE, 79,2% dos trabalhadores estavam no mesmo emprego por mais de um ano e 68,2% desses trabalhadores estavam no mesmo emprego por mais de dois anos. A contrapartida desse aumento na estabilidade do emprego é uma provável diminuição nas medidas de rotatividade.

Outra dimensão associada à precariedade dos vínculos da população ocupada mostra uma melhoria na qualidade do emprego no que se refere à questão dos trabalhadores subremunerados[12] e subocupados[13] onde ambos apresentam uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior (3,6% e 17,9%, respectivamente).

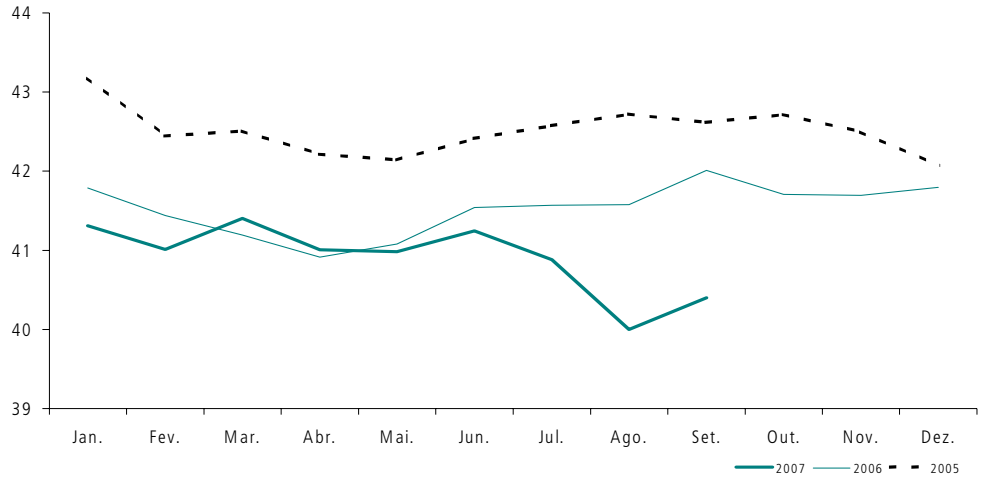
Essas observações descritas anteriormente, no que se refere à qualidade do emprego, são acentuadas quando se analisa o grau de informalidade,[14] e constata-se que o mesmo vem caindo ao longo dos meses. A quantidade de trabalhadores que integram a categoria informal tem se mostrado estável ao longo do ano de 2007 e, na comparação entre o terceiro e o segundo trimestre de 2007, mostra um pequeno acréscimo no número de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria (0,1% e 1,1%, respectivamente) e uma diminuição de 43,3% no número de trabalhadores não-remunerados. Apesar de os números de trabalhadores informais estarem praticamente estáveis, o grau de informalidade vem diminuindo em função da quantidade de trabalhadores com carteira assinada que no mesmo período apresenta um crescimento de 3,8%, bem como do crescimento de 4,2% do número de empregadores.

12. Segue-se aqui a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cuja remuneração média por hora de trabalho é inferior ao valor médio do salário mínimo (SM).

13. Aqui também é utilizada a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cujas horas trabalhadas são inferiores a 40 horas/semanais em todos os trabalhos, estando disponíveis para trabalhar mais.

14. A informalidade nessa análise é composta pelos trabalhadores sem carteira assinada, conta-própria e não-remunerados.

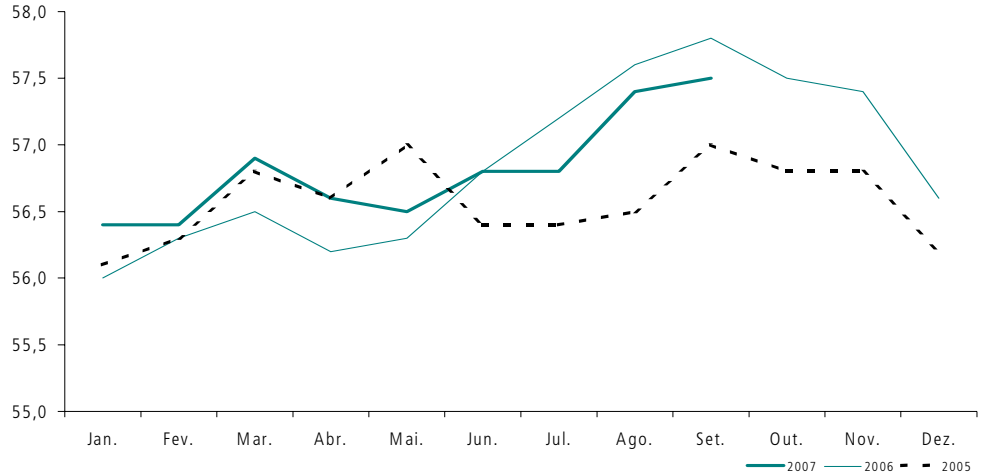
GRÁFICO 4
Grau de informalidade
(Em %)



Um dos principais determinantes do comportamento e resultados do mercado de trabalho, a taxa de participação,[15] fornece a relação entre a PEA e PIA, que no trimestre foi de 57,2%, havendo um acréscimo de 0,6 p.p. em relação ao segundo trimestre deste ano. Quando comparada com o mesmo período de 2006, essa taxa de atividade mostra um decréscimo de 0,3 p.p. Ao se analisar a taxa de participação por sexo encontra-se um acréscimo de 0,6% (ou 0,3 p.p.) para a masculina e de 1,5% (ou de 0,9 p.p.) para a das mulheres.

No que diz respeito à situação do desemprego, os últimos meses de 2007 apresentaram uma queda nessa taxa de desocupação, que passou de um patamar de 10,1% em maio para 9,0% em setembro, o que equivale a uma diminuição de mais de 1 p.p. em quatro meses. Essa queda foi decorrente do vigor com que vem se processando o crescimento do número de ocupados, pois a taxa de atividade das pessoas no mercado de trabalho está crescendo ao longo do ano de 2007.

GRÁFICO 5
Taxa de atividade
(Em %)

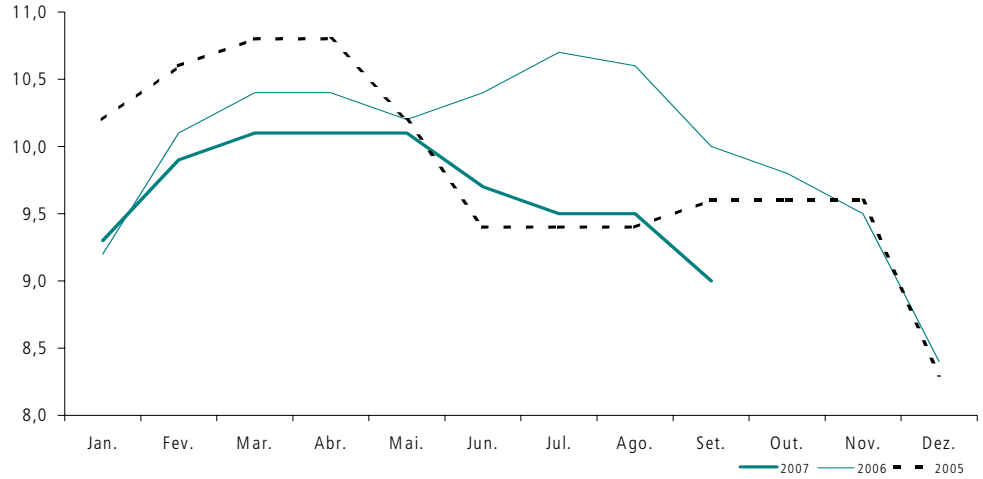


15. Taxa de participação ou taxa de atividade: percentual de pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas em idade ativa.

GRÁFICO 6

Taxa de desemprego

(Em %)



Segundo a PME/IBGE as médias das taxas de desemprego regionais do terceiro trimestre de 2007 em comparação com o mesmo período de 2006 mostram um decréscimo em todas as RMs pesquisadas, com exceção de Salvador que apresentou um acréscimo de 0,2 p.p. As RMs de Porto Alegre e Rio de Janeiro ficaram um pouco abaixo da média total com um decréscimo de 0,9 p.p., em ambas; a RM de Belo Horizonte teve um decréscimo de 1,1 p.p.; as RMs de Recife e São Paulo merecem destaque, a primeira por apresentar uma queda de 1,9 p.p. nessa comparação, e a segunda, não só em razão da redução de 1,4 p.p., mas também em função do elevado peso que tem na população desocupada das seis RMs pesquisadas pelo IBGE, o que contribui de forma significativa para os resultados do conjunto.

A taxa de desemprego aberta da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) de todas as regiões confirma os dados da PME/IBGE, ou seja, em ambas as pesquisas a taxa de desemprego mostra uma queda na média da taxa de desemprego do terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2007.[16] Para os próximos meses, devido a suas características sazonais, a expectativa é que a taxa de desemprego metropolitano continue caindo nas duas pesquisas domiciliares.

Ao estudar-se o desemprego através do nível de escolarização pode-se visualizar (ver gráfico 7) que a taxa de desemprego dos trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo vem decrescendo ao longo dos últimos meses. Quando se realiza uma comparação entre o terceiro trimestre de 2007 com o mesmo período de 2006, verifica-se uma queda de quase 1,0 p.p. na taxa de desemprego da população desocupada com 11 anos ou mais de estudo. Mas o fato que realmente chama a atenção é a queda nas outras categorias que, na mesma comparação, têm quedas superiores a 1,0 p.p., com destaque para a população desocupada com 8 anos a 10 anos de estudo (1,8 p.p.). Esse fato parece corroborar a idéia mencionada anteriormente de que a oferta de mão-de-obra altamente qualificada vem aumentando nos últimos meses.

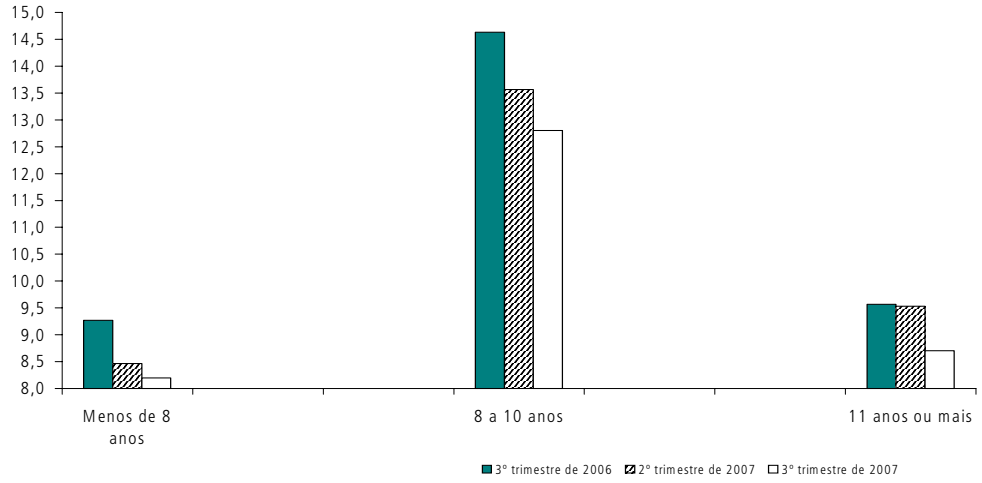
Depois de alguns meses de crescimento continuado da ocupação, e considerando a queda sustentada da taxa de desemprego, as preocupações voltam-se, além da qualidade dos

16. As regiões de cobertura pela PED: São Paulo (–0,1 p.p.), Distrito Federal (–0,7 p.p.), Porto Alegre (–0,5 p.p.), Salvador (–1,2 p.p.), Recife (–0,9 p.p.) e Belo Horizonte (–1,2 p.p.).

GRÁFICO 7

Taxa de desemprego por escolaridade

(Em %)



vínculos de trabalho gerados, como visto, para os rendimentos reais. Esse indicador vem mostrando, segundo a PME, uma queda no decorrer dos últimos quatro meses. A título de ilustração, o gráfico 8 mostra os valores nos últimos três anos dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelos trabalhadores, segundo o total das RMs da PME/IBGE.

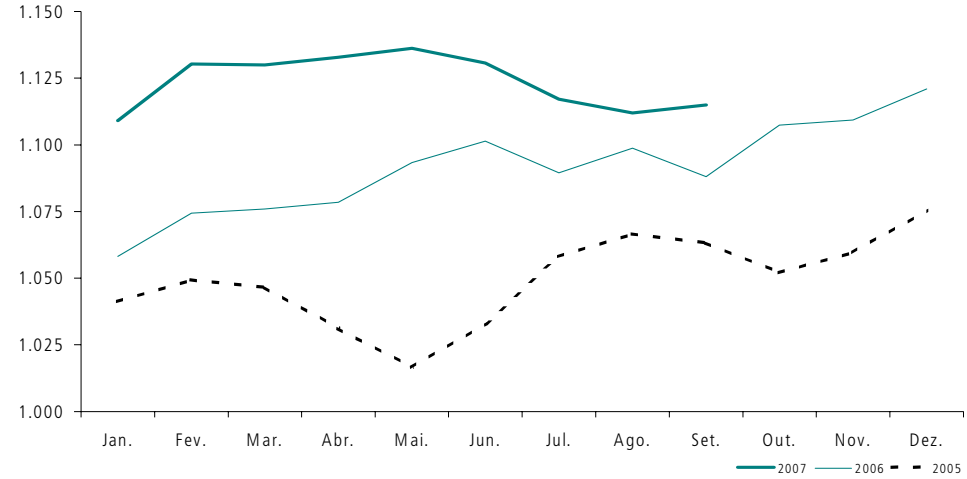
Segundo a PME/IBGE, o rendimento da população ocupada no terceiro trimestre de 2007 apresentou uma redução de –1,6% quando comparado com o segundo trimestre do mesmo ano. Mas, na comparação com o terceiro trimestre de 2006 temos um crescimento de 2,1% nos rendimentos médios reais do conjunto dos trabalhadores.

A evolução dos rendimentos no último ano é particularmente interessante para os empregados do setor privado. Enquanto os trabalhadores do setor público e conta-própria apresentam crescimento de 2,6% e 7,7%, respectivamente, na comparação entre o terceiro trimestre de 2007 e o terceiro trimestre do ano anterior, os trabalhadores do setor privado com carteira assinada apresentam um decréscimo de 0,9% nos seus rendimentos habitualmente recebidos. Esse fato pode estar refletindo uma mudança de composição no sentido de formalizar vínculos com baixa remuneração. Na comparação entre o terceiro e o segundo

GRÁFICO 8

Rendimento real habitualmente recebido pela população ocupada

(Em R$ de setembro de 2007)

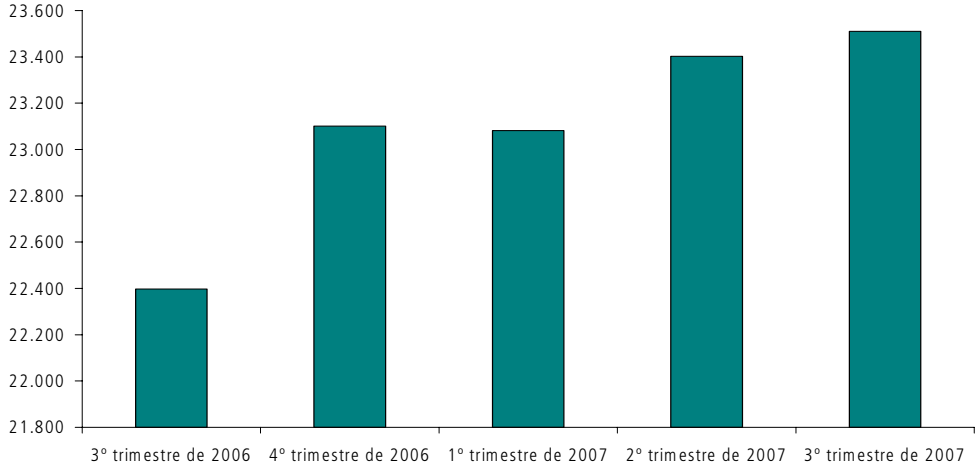


trimestres de 2007, todos os trabalhadores apresentaram uma queda no seu rendimento. Os trabalhadores do setor público tiveram uma perda de 3,2%; os do setor privado com carteira assinada, –1,5%; os sem carteira assinada, –0,8%; e os conta-própria, –1,6%.

Como pode ser observado nas tabelas em anexo, apenas as RMs de Recife (2,6%), Rio de Janeiro (5,7%) e de Porto Alegre (3,5%) tiveram uma variação superior à das seis RMs pesquisadas (2,5%), na comparação de setembro de 2007 com setembro de 2006. Salvador (–3,1%) apresentou uma situação pior, enquanto Belo Horizonte e São Paulo (1,4%, ambas) apresentaram um crescimento inferior.

Por fim, a evolução recente da massa de rendimento do trabalho pode ser útil para ilustrar como o desempenho atual do mercado de trabalho brasileiro pode afetar o cenário macroeconômico. O gráfico 9 mostra essa evolução da massa salarial. Pode-se notar que esse indicador vem mostrando uma tendência de crescimento, inclusive no último trimestre quando o rendimento médio decresceu. Esse fato torna lícito conjecturar que, ao menos no curto prazo, o desempenho do mercado de trabalho pode alimentar uma continuidade do cenário positivo na macroeconomia via aumento do consumo.

GRÁFICO 9
Massa salarial
(Em milhares)



NOTAS TÉCNICAS

EFEITOS DA FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE NO DESEMPENHO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO BRASIL
Adriana Fontes
Danielle Carusi Machado

CONCEITO DE INFORMALIDADE/FORMALIDADE E UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA
Guilherme Issamu Hirata
Ana Flávia Machado

TRABALHO INSALUBRE E SALÁRIOS INDUSTRIAIS
Luiz Alberto Esteves

EFEITOS DA FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE NO DESEMPENHO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO BRASIL*

Adriana Fontes**
Danielle Carusi Machado***

1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira sobre a economia informal tem destacado principalmente as relações de trabalho fora da esfera legal do mercado, ou seja, o trabalho por conta própria e os empregados sem carteira assinada. Vários estudos analisam os determinantes dos rendimentos desses trabalhadores e a importância de sua inserção na atividade econômica como estratégia de sobrevivência. A principal ênfase recai no estudo da precariedade da relação de trabalho e da existência ou não de segmentação no mercado de trabalho (ANTIGO; MACHADO; OLIVEIRA, 2006; CAMARGO, 1989; CARNEIRO; HENLEY, 2001; MENEZES-FILHO; MENDES; DE ALMEIDA, 2004; SOARES, 2004b; BARROS; SEDLACEK; VARANDAS, 1990).

A informalidade também pode ser estudada a partir da ótica da unidade produtiva, sendo relacionada a diferentes aspectos, como: a pequena escala de atividade de um empreendimento, onde praticamente não há divisão entre capital e trabalho, bem como a inexistência de documentos legais (formais) que comprovem sua existência ou o seu funcionamento. Esse último aspecto constitui um componente importante do direito de propriedade de um negócio produtivo. Um pequeno empreendedor que tem comprovado seu negócio garante que a exploração dessa sua atividade não será violada por outra pessoa.

A literatura de microcrédito destaca que, devido às imperfeições inerentes a esse mercado, o direito de propriedade de um negócio funciona como uma espécie de colateral. Pode ser utilizado como garantia na obtenção de crédito, pois proporciona um endereço para a cobrança de dívidas e impostos. Ele também fornece a base para a criação de serviços públicos, facilita a criação de valores que podem ser transacionados em mercados secundários, bem como o incentivo ao investimento (BESLEY, 1995; JACOBY; LI; ROZELLE, 2002; CULL; XU, 2005). Vários artigos apontam para o fato de que, quanto mais bem definido e garantido estiver o direito de propriedade de um negócio, maiores serão os valores dos ativos e, provavelmente, a receita do negócio (ver JOHNSON; MCMILLAN; WOODRUFF, 2002; JACOBY; LI; ROZELLE, 2002; CULL; XU, 2005; MONTEIRO; ASSUNÇÃO, 2006; FAJNZYLBER; MALONEY; ROJAS, 2006; FIELD, 2005; GALAL, 2005).

O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da não-formalização da unidade produtiva sobre a lucratividade dos microempreendedores, considerando, contudo, que eles exercem impactos indiretos através dos canais de crédito. A base de dados utilizada neste artigo é a Pesquisa da Economia Informal Urbana (Ecinf), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

---

* Uma versão mais completa deste artigo está no X Encontro Brasileiro de Estudos do Trabalho – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet).

** Pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

*** Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

(IBGE), realizada em 2003. Foram selecionadas as variáveis "constituição jurídica" e "ter licença para operar" como indicadoras da situação de formalização dos direitos de propriedade.

Além desta introdução e da conclusão, o trabalho se divide em três partes. Na seção 2 apresenta-se a base de dados; na seção 3, a estratégia empírica; e na seção 4 expõem-se os principais resultados encontrados. É mostrado que as variáveis "constituição jurídica" e "ter licença para operar", escolhidas como formas de definir, atribuir e garantir direitos de propriedade dos microempreendedores, influenciam de forma positiva o acesso ao crédito. Ou seja, pequenos negócios formalmente constituídos conseguem captar empréstimos com mais facilidade que os não formalmente constituídos. Os negócios que têm acesso ao crédito também possuem maior lucratividade. Isso indica que políticas voltadas para a redução da burocracia e desoneração da formalização podem contribuir para o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil.

2 VARIÁVEIS UTILIZADAS E ANÁLISE DESCRITIVA

Os pequenos negócios são definidos como unidades econômicas não-agrícolas de pequena escala onde praticamente não há divisão entre capital e trabalho. No Brasil, segundo a pesquisa Ecinf/IBGE de 2003,[1] existem 10.335.962 estabelecimentos desse tipo, responsáveis pela ocupação de 13.860.868 trabalhadores.

A amostra selecionada para este artigo é composta por 48.690 unidades econômicas divididas em negócios de trabalhadores por conta própria (85%) e de empregadores com até cinco trabalhadores ocupados (14%).[2] Como pode ser visto na tabela 1, a maior parte da amostra está concentrada na região Nordeste (39%), seguida das regiões Sudeste e Norte, com participação de 18% e 17,5%, respectivamente. No Sul e no Centro-Oeste, essas percentagens foram 12% e 13%. Quanto ao local de funcionamento, 36% dos negócios operam, total ou parcialmente, no domicílio de residência do proprietário entrevistado. Normalmente, para os negócios fora do domicílio do proprietário entrevistado, o local de trabalho era a casa dos clientes ou lojas e oficinas.

Como o objetivo deste artigo é analisar a influência dos direitos de propriedade no lucro do pequeno empreendimento, considerando que o canal através do qual esse efeito se cumpre é o acesso ao crédito, constrói-se uma variável-chave denominada "crédito". Essa variável é igual a 1 quando o proprietário declara que utilizou (eventual ou freqüentemente), no período de 01/08/2003 a 31/10/2003, algum empréstimo, crédito ou financiamento para exercer sua atividade e 0, caso contrário. Cerca de 6,2% das unidades econômicas declararam ter recebido crédito nesse período (ver tabela 1).

A fim de controlar para efeitos associados aos custos de transação presentes nas relações entre tomadores de empréstimos e emprestadores, também é construído, um indicador igual a 1 se o proprietário declarou ter conta-corrente em algum banco em outubro de 2003 e 0, caso contrário. Cerca de 38% dos proprietários tinham conta-corrente.

1. A Ecinf/IBGE foi realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias (setores urbanos) e seleção com probabilidade proporcional ao total de domicílios ocupados existentes na época do Censo Demográfico de 2000. As unidades secundárias são domicílios com moradores ocupados como conta-própria ou como empregadores com até cinco empregados (Ecinf/IBGE, 2003).

2. As sociedades anônimas ou aquelas que fizeram declaração de Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) do ano anterior usando o formulário Lucro Real foram excluídas da amostra (123 unidades econômicas) por representarem um grupo com características muito específicas.

TABELA 1
Características da amostra selecionada de unidades econômicas e dos proprietários investigados

Características da unidade econômica	%
Tem acesso à crédito	6,2
Tem constituição jurídica	13,4
Tem licença municipal/estadual	24,4
Tem conta bancária	37,7
Empreendimento localiza-se na:	
Região Norte	17,5
Nordeste	39,4
Sudeste	17,9
Sul	11,9
Centro-Oeste	13,3
Empreendimento no setor:	
Indústria de transformação	10,6
Construção civil	14,5
Comércio e reparação	30,2
Serviço de alojamento e alimentação	8,5
Transporte, armazenagem e comunicação	9,3
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,6
Educação, saúde e serviços sociais	6,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,7
Outras atividades	4,6
Atividade é desenvolvida no domicílio ou dentro e fora do domicílio	36,0
Características do proprietário investigado	
Nível educacional	
Sem instrução	5,7
Sabe ler e escrever	4,2
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	34,9
Ensino fundamental ou 1º grau completo	12,3
Ensino médio ou 2º grau incompleto	8,8
Ensino médio ou 2º grau completo	21,7
Superior incompleto	3,8
Superior completo	8,6
Sem declaração	0,1
Ser homem	64,5
Ser de cor branca/amarela	44,3
Ser empregador	14,5
Tempo (em meses) desde que se tornou proprietário do negócio	107,8

Fonte: Ecinf/IBGE (2003). Tabulação própria.

Para investigar a performance desses pequenos negócios, calcula-se seu lucro através da diferença entre a soma total das receitas e despesas. Os empreendimentos da amostra selecionada para este estudo tinham lucro igual a R$ 774 em média.

São usadas duas variáveis para indicar a formalização dos direitos de propriedade:

a) constituição jurídica, ou seja, igual a 1, caso o proprietário responda positivamente à pergunta "A empresa tem constituição jurídica?" e a 0, caso contrário. Apenas 13,4% das empresas pesquisadas tinham constituição jurídica;[3] e

b) existência de licença estadual ou municipal (alvarás, licença de localização, registros como autônomos etc.), se o proprietário respondeu positivamente à pergunta "Tem licença municipal ou estadual para exercer a atividade?", a variável é igual a 1, e a 0, caso contrário. Cerca de 24,4% das empresas tinham licença estadual ou municipal para desenvolverem suas atividades.

A heterogeneidade dos negócios é acentuada com relação à sua distribuição por setor de atividade econômica. A parcela de 30,2% da amostra dos empreendimentos é classificada no setor de comércio e reparação. O segundo grupo de atividade econômica mais relevante é a construção civil, formado por 14,5% dos negócios. A indústria de transformação e a extrativa vêm em seguida, com 11% das unidades econômicas. Os 44% restantes estão pulverizados nos demais setores de atividade.

Mais de 90% dos negócios da amostra têm apenas um proprietário.[4] Com relação a suas características pessoais, a maioria é formada por homens (64,5%). Cerca de 44,3% deles são de cor branca ou amarela. A idade média dos proprietários é de 41 anos. A escolaridade é baixa: 45% deles não completaram o ensino fundamental. Apenas 1/3 dos microempreendedores finalizou o ensino médio. No tocante à *proxy* da experiência no negócio, em média, o tempo é de 107,8 meses (medida pelo tempo total desde que se tornou proprietário do negócio).

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O *status* formal dos direitos de propriedade e os menores custos de transação têm influência sobre o desempenho dos pequenos negócios no Brasil? Para responder a essa pergunta, foi feito um teste empírico utilizando-se a base de dados já descrita. Primeiramente, sabe-se que somente os direitos de propriedade não afetam diretamente a performance do negócio. Os direitos de propriedade viabilizam o acesso ao crédito.

Já com relação aos custos de transação, a existência de conta bancária reduz a assimetria de informação no mercado de crédito. A conta bancária pode ser vista como uma forma de colateral, reduzindo o risco da instituição financeira. O modelo empírico de determinação da performance do negócio *i* é descrito na equação (1):

$$Y_i = f(c, z, x) \qquad (1)$$

3. Das que possuem constituição jurídica, metade é firma individual. A segunda forma de constituição legal mais importante é a de sociedade por quotas de responsabilidade limitada (31% das legalizadas).

4. Foram selecionadas apenas as variáveis do proprietário que respondeu às perguntas do questionário sobre características das unidades econômicas. Cerca de 90% dos empreendimentos da amostra utilizada são constituídos por apenas um proprietário.

onde:

Y é a medida de performance do negócio, ou seja, o logaritmo do lucro do negócio;

c é a medida de acesso a crédito;

z é o vetor de características do negócio; e

x é o vetor de características dos proprietários e dos empregados do negócio.

Através desse modelo, pode-se mostrar o efeito do acesso a crédito na performance da pequena empresa. Como o interesse é no efeito dos direitos de propriedade sobre a lucratividade que opera através do canal crédito, será feita uma estimação em dois estágios.

No primeiro estágio utilizam-se como variáveis explicativas para o crédito as que refletem os direitos de propriedade (ter constituição jurídica e ter licença para operar) e os custos de transação (conta bancária). No segundo estágio, estima-se o efeito do crédito na performance do negócio, diretamente associado aos direitos de propriedade e aos custos de transação.

4 RESULTADOS

Como pode ser visto na tabela 2, o coeficiente da variável crédito é estatisticamente significativo e positivo (10,48). O lucro dos negócios que possuem crédito é significativamente mais elevado do que o lucro dos que não possuem crédito, comprovando a importância desse instrumento para o desempenho dos micro e pequenos negócios.

A seguir, os principais resultados das demais variáveis:

- proprietários do sexo masculino e brancos têm lucratividades maiores;

- a educação dos proprietários tem efeito positivo significativo na lucratividade dos negócios. Os coeficientes das *dummies* são crescentes com a escolaridade;

- a idade, em muitos casos compreendida como *proxy* para a experiência do proprietário, tem influência negativa significativa no lucro do negócio, efeito contrário ao usualmente esperado. Como a experiência está sendo captada pela variável "tempo", a idade pode não estar refletindo essa característica do proprietário, mas, talvez a sua capacidade produtiva, mais intensa entre os jovens do que entre os mais velhos;

- o fato de o dono do negócio ser empregador, ou seja, trabalhar com outras pessoas, impacta positiva e significativamente a lucratividade;

- com relação ao local de funcionamento do negócio, o coeficiente é negativo e significativo para aqueles que desenvolvem algum tipo de atividade no domicílio do dono.

- os setores de atividade não têm coeficientes estatisticamente diferentes de zero, com exceção das atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, que, em relação à indústria de transformação, têm coeficientes positivos; e

- com relação à região de localização do negócio, a região Nordeste tem um efeito negativo e significativo na lucratividade em relação à região Norte, tomada como referência.

Na equação de crédito, verificamos relações positivas e estatisticamente diferentes de zero entre a utilização de crédito e o *status* formal dos direitos de propriedade. Os negócios que possuem constituição jurídica ou licença para operar têm maior chance de utilizar crédito do que aqueles cujos direitos de propriedade não foram formalizados. Também verificou-se uma relação positiva e significativa entre conta bancária e utilização de crédito, evidenciando

TABELA 2
Resultados da estimação em dois estágios

Variável dependente: log do lucro	Coeficiente	Erro-padrão
Tem acesso a crédito	10,48	0,93
Região Nordeste	–0,52	0,04
Sudeste	–0,05	0,05
Sul	–0,06	0,06
Centro-Oeste	–0,04	0,06
Construção civil	0,10	0,06
Comércio e reparação	0,08	0,06
Serviço de alojamento e alimentação	0,07	0,08
Transporte, armazenagem e comunicação	0,00	0,11
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	0,41	0,11
Educação, saúde e serviços sociais	0,10	0,12
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,10	0,07
Outras atividades	0,02	0,09
Atividade é desenvolvida no domicílio	–0,16	0,05
Tempo (em meses) desde que se tornou proprietário do negócio	0,00	0,00
Ser homem	0,54	0,05
Sabe ler e escrever	0,24	0,10
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	0,46	0,07
Ensino fundamental ou 1º grau completo	0,72	0,08
Ensino médio ou 2º grau incompleto	0,70	0,09
Ensino médio ou 2º grau completo	0,79	0,09
Superior incompleto	0,72	0,19
Superior completo	1,33	0,12
Ser de cor branca/amarela	0,16	0,04
Ser empregador	0,24	0,10
Idade	–0,01	0,00
Constante	4,77	0,13
Observações	39285	
F(26, 39256)	58,09	
Prob > F	0,000	
R^2 ajustado	–1,7513	
R^2 não-ajustado	0,8845	
MSE	2,1	

(continua)

(continuação)

Variável dependente: ter crédito	Coeficiente	Erro-padrão
Tem licença municipal/estadual	0,019	0,003**
Tem constituição jurídica	0,039	0,004**
Tem conta bancária	0,043	0,002**
Região Nordeste	0,015	0,004**
Sudeste	0,002	0,004
Sul	0,000	0,004
Centro-Oeste	0,010	0,005**
Construção civil	–0,005	0,004
Comércio e reparação	0,001	0,003
Serviço de alojamento e alimentação	0,000	0,005
Transporte, armazenagem e comunicação	0,027	0,004**
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	–0,008	0,005
Educação, saúde e serviços sociais	–0,002	0,006
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	–0,004	0,004
Outras atividades	–0,003	0,006
Atividade é desenvolvida no domicílio	–0,004	0,002*
Tempo (em meses) desde que se tornou proprietário do negócio	0,000	0,000
Ser homem	–0,009	0,002**
Sabe ler e escrever	0,007	0,006
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	0,003	0,004
Ensino fundamental ou 1º grau completo	–0,006	0,005
Ensino médio ou 2º grau incompleto	–0,004	0,005
Ensino médio ou 2º grau completo	0,003	0,005
Superior incompleto	0,017	0,007**
Superior completo	–0,001	0,006
Ser de cor branca/amarela	–0,003	0,002
Ser empregador	0,038	0,003**
Idade	0,000	0,000
Constante	0,002	0,007
Observações	39285	
F(28, 39256)	67,59	
Prob > F	0,000	
R-quadrado	0,046	

* Nível de significância de 5% a 10%.

** Nível de significância de 1% a 5%.

que a conta bancária reduz a assimetria de informação entre tomadores e emprestadores, proporcionando maior acesso a crédito.

Os empreendedores homens têm menor chance de utilizar crédito do que as mulheres, controlando pelas demais variáveis. Já os negócios de empregadores apresentaram um efeito positivo e significativo na utilização de crédito em relação aos negócios de trabalhadores por conta própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pequenos negócios exercem papel fundamental na geração de trabalho e renda no Brasil. Os direitos de propriedade dos pequenos negócios não estão bem definidos. A grande maioria está na informalidade, sem constituição jurídica e sem permissão legal para o desenvolvimento das atividades.

Com base nos dados da Ecinf/IBGE (2003), estudamos a relação entre a formalização dos direitos de propriedade e a lucratividade dos pequenos negócios, considerando que ela é indireta, ou seja, se dá através da ampliação do acesso a crédito.

Os resultados mostram uma relação positiva significativa entre lucro dos negócios e utilização de crédito, comprovando a importância desse instrumento para o desempenho dos micro e pequenos negócios. Verificamos relações positivas e significativas entre a utilização de crédito e o *status* formal dos direitos de propriedade. Os negócios que têm constituição jurídica ou licença para operar têm maior chance de ter crédito do que os que não têm a formalização dos seus direitos de propriedade. Também foi verificada uma relação positiva e significativa entre conta bancária e acesso a crédito.

Os resultados sugerem que políticas voltadas para a redução da burocracia e desoneração da formalização podem surtir efeitos positivos para o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Evolução do diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Anais*... Salvador: Bahia, 2006.

BARROS, R. P. de; SEDLACEK, G. L.; VARANDAS, S. Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho: a carteira de trabalho em São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 87-104, 1990.

BESLEY, T. Property rights and investment incentives: theory and evidence from Ghana. *The Journal of Political Economy*, v. 103, n. 5, p. 903-937, Oct. 1995.

CAMARGO, J. M. Informalização e renda no mercado de trabalho. In: BARROS, R. P. (Org.) *Mercado de trabalho e distribuição de renda*: uma coletânea. Rio de Janeiro: Ipea, 1989.

CARNEIRO, F. G.; HENLEY, A. Modeling formal vs. informal employment and earnings: microeconomic evidence from Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 24., 2001, Salvador. *Anais*... Salvador: Bahia, 2001.

CULL, R.; XU, L. C. Institutions, ownership, and finance: the determinants of profit reinvestment among Chinese firms. *Journal of Financial Economics*, n. 77, p. 117-146, 2005.

ECINF/IBGE. *Economia informal e urbana.* Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

FAJNZYLBER, P.; MALONEY, W. F.; ROJAS, G. V. M. *Does formality improve micro-firm performance*? Quasi-experimental evidence from the Brazilian SIMPLES program. 2006. Mimeo. Disponível em:<www.fedesarrollo.org.co/includes/scripts/open.asp?ruta=/images/dynamic/articles/521/Fajnzylber.pdf>.

FIELD, E. Entitle to work: informal enterprise in urban Peru. *Development Outreach*, The World Back, v. 7, n. 1, Mar. 2005.

GALAL, A. Potential winners and losers from formalization. *Development Outreach*, The World Back, v. 7, n. 1, Mar. 2005.

JACOBY, H.; LI, G.; ROZELLE, S. Hazards of expropriation: tenure insecurity and investment in rural China. *American Economic Review*, v. 92, n. 5, p. 1.420-1.447, 2002.

JOHNSON, S.; MCMILLAN, J.; WOODRUFF, C. M. *Property rights and finance.* Cambridge, M. A.: NBER, Mar. 2002 (Working paper, n. 8.852).

MENEZES-FILHO, N. A.; MENDES, M.; DE ALMEIDA, S. E. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, 2004.

MONTEIRO, J. C. M.; ASSUNÇÃO, J. J. *Outgoing the shadows: estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality and investment.* Rio de Janeiro: PUC, 2006. Mimeo.

SOARES, F. V. *Do informal workers queue for formal jobs in Brazil*? Brasília: Ipea, 2004b (Texto para discussão, n. 1.021).

CONCEITO DE INFORMALIDADE/FORMALIDADE E UMA PROPOSTA DE TIPOLOGIA

Guilherme Issamu Hirata
Ana Flávia Machado

1 INTRODUÇÃO

Estudos a respeito da economia informal no Brasil surgem com mais visibilidade a partir da década de 1970 (Cacciamali, 1983). Apesar do esforço acadêmico em chamar a atenção para a informalidade, apenas em 1997 institui-se a primeira pesquisa voltada especificamente para avaliar os aspectos da informalidade com mais rigor, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A preocupação recente com a informalidade, no entanto, parece estar mais associada a questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal *per se* e com os trabalhadores nela inseridos.

O debate em torno da definição e compreensão do setor informal no Brasil está associado não propriamente à sua origem, mas à sua expansão. Basicamente, existem duas correntes teóricas que analisam essa mudança estrutural com enfoque no setor informal (Machado, 1993). A primeira argumenta que, devido à regulamentação do mercado de trabalho e aos movimentos em prol dos trabalhadores, houve uma distorção dos custos relativos do trabalho frente aos do capital, levando as firmas a optarem por este último como fator principal de produção à época da industrialização. Essa corrente deu origem às teorias de mercado de trabalho segmentado ou dual (dicotomia moderno-tradicional), que implicitamente assumem homogeneidade dos trabalhadores em cada segmento (Lewis, 1963;[1] Tolosa, 1975).

A segunda corrente que analisa a transformação do mercado brasileiro, na segunda metade do século XX, consiste na idéia de que as firmas não se guiaram pelas condições de equilíbrio do mercado interno para definir suas estruturas produtivas. Dada a necessidade de produção em escala para concorrer no mercado externo, as firmas brasileiras tornaram-se intensivas em capital durante a industrialização. Aqui, há um foco na unidade produtiva na tentativa de delimitação do setor informal. A idéia era especificar um objeto de análise por meio da organização da produção. A primeira conceituação advém da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972.

Nos anos seguintes, há um esforço para desvincular a informalidade da pobreza, dado o entendimento de que a primeira não necessariamente implica a segunda.[2] Em meio a essa discussão, surge a abordagem da subordinação. Tal abordagem consiste em analisar a esfera produtiva em geral, tendo em vista que a atividade capitalista não preenche todo o espaço econômico existente, deixando portas abertas para a inserção intersticial do setor informal de forma subordinada (Cacciamali, 1983, 2000).

1. *Apud* Machado (1993). O modelo de Lewis (1963) supõe oferta de trabalho ilimitada no meio rural, enquanto o de Tolosa (1975) assume excesso de oferta no meio urbano.

2. A evolução das discussões é tratada com detalhes em Hussmanns (2004).

A despeito da discussão apontada, como falar em informalidade sem mencionar a questão da legalidade? Por outro lado, pode-se classificar como informal apenas o ilegal? O critério de posse ou não de carteira de trabalho, por exemplo, excluiria os trabalhadores autônomos da informalidade, uma vez que esses não possuem vínculos empregatícios. A contribuição para o sistema de previdência social como critério, por sua vez, incluiria diversos trabalhadores sem carteira e por conta própria no contingente de trabalhadores formais, dado que a contribuição é voluntária para trabalhadores não registrados.

Tais critérios para definir o que vem a ser informal ou não se colocam no âmbito mais agregado do conceito de setor; porém há na literatura também uma preocupação com a escolha do indivíduo. Em outras palavras, até que ponto trata-se de uma estratégia ocupacional, na medida em que há uma decisão racional por trás da escolha de se inserir no mercado de trabalho como um informal?

O trabalhador que se insere em uma posição precária no mercado de trabalho (seja no sentido de rendimento, seja no sentido de condições de trabalho), como forma de se manter ocupado e garantir um nível mínimo de renda, o faz por meio de uma estratégia de sobrevivência. Tal estratégia está ligada à pobreza, pois é justamente para evitar essa situação ou aliviá-la que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho. A inserção, de modo geral, ocorre almejando apenas uma forma de remuneração, e desconsideram-se as características não pecuniárias da posição.

Se os trabalhadores do setor informal estivessem todos atuando por meio de uma estratégia de sobrevivência, não haveria tanta controvérsia acerca da definição de informalidade, com uma análise sob o ponto de vista da posição. Isso porque seria um setor caracterizado por indivíduos que apresentariam variáveis indicativas de capital humano que apontariam uma situação de desvantagem ou exclusão do mercado, tal como baixa escolaridade. No entanto, é sabido que os trabalhadores informais no Brasil são muito heterogêneos. O histórico familiar e a preocupação com a qualidade de vida podem levar o trabalhador a procurar essa forma de inserção em busca de jornada de trabalho flexível e controle de seu próprio negócio, entre outros fatores (Machado; Penido; Oliveira, 2005).

A idéia de introduzir a discussão em torno de estratégias ocupacionais em meio à tipologia apresenta caráter apenas de associação, e não de determinação, isto é, as estratégias não definem as categorias, mas as categorias podem estar associadas às estratégias, esperando-se que tal associação auxilie no entendimento de certas características do mercado de trabalho brasileiro.

2 TIPOLOGIA

A construção da tipologia para a análise empírica tem por objetivo tanto embasar teoricamente as categorias ocupacionais comumente avaliadas, como também diminuir a heterogeneidade presente dentro de grupos de trabalhadores. Isso porque, como já discutido, parecem insatisfatórias as classificações moderno/tradicional, contribuinte/não-contribuinte e capitalista/subordinado como critérios separados de delimitação. A tipologia a seguir guarda semelhanças, em termos do método de definição, com a de Hussmanns (2004), que mescla tipo de unidade produtiva com tipo de ocupação (*job*) para definir categorias de análise.

Uma primeira categoria compreende os indivíduos relacionados às unidades produtivas tipicamente capitalistas, inseridos nas grandes e médias empresas. Os empregadores, evidentemente, pertencem a esse grupo. Entre os assalariados, aqueles que apresentam carteira de

trabalho assinada constam nessa categoria. Isso conformaria o chamado "setor formal típico". No entanto, inclui-se nesse grupo o trabalhador por conta própria "especificamente qualificado" (o profissional liberal), em função do critério de produtividade (potencial) aliado à regulamentação do exercício do trabalho.

A baixa produtividade, em conformidade com a atividade subordinada, relaciona o serviço doméstico, independentemente da regularização do trabalho. Assim, nesse sentido, não se trata necessariamente de indivíduos desprotegidos. No entanto, sabe-se que o serviço doméstico, apesar de ainda ser o destino de grande parte da força de trabalho feminina brasileira, está relacionado a condições precárias de trabalho, ainda que uma parcela tenha algum tipo de seguro. A associação com a estratégia de sobrevivência é imediata.

As unidades produtivas subordinadas às empresas capitalistas – tenham ou não atingido um nível de produtividade capaz de concorrer com essas últimas, isto é, que atuam ou não no mesmo ramo de atividade que as empresas capitalistas, configurando ou não uma forma de concorrência – constituem uma terceira categoria. O nível de produtividade é, portanto, variado. Trata-se dos trabalhadores por conta própria sem qualificação específica e os pequenos empregadores.

A quarta categoria é delimitada por meio da aplicação da legislação. São todos os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, empregados em qualquer tipo de firma, capitalista ou subordinada. Tanto nessa categoria quanto na anterior, não há clareza quanto às estratégias seguidas pelos indivíduos, o que contribui para a heterogeneidade de ambas.

Os funcionários públicos estatutários e os militares, que não possuem carteira de trabalho assinada e não pertencem a uma firma capitalista, são considerados em uma categoria à parte.

Por conta da ausência de um critério fundamental de definição, emergem, a partir da classificação acima, um "setor formal" e três "setores informais". Tal fato constitui mais um argumento a favor da idéia de utilizar as expressões "economia informal" e "economia formal" quando se deseja fazer referência aos dois "setores".[3] Dada a presença de mais de uma categoria relacionada a características informais, seria mais adequado, aparentemente, referir-se a essas categorias como formadoras da economia informal.

3 APLICANDO A TIPOLOGIA À PNAD

Buscando testar a tipologia, construíram-se as categorias com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 1996, 2001 e 2005. Essas informações são descritas conforme as variáveis (sexo, cor autodeclarada, idade, níveis de escolaridade,[4] rendimento no mês, rendimento-hora).

Observa-se que homens predominam nas categorias formal, informal e empregados sem carteira. Nas duas outras, trabalhador doméstico e setor público, prevalecem as mulheres, em especial na primeira. Entretanto, nas que predominam trabalhadores masculinos, a tendência é de crescimento da participação feminina nos últimos dez anos.

Prevalecem trabalhadores que declaram cor branca no setor formal e no setor público, mais de 60%. As categorias com maior participação de declarantes não-brancos são de trabalhador doméstico e empregado sem carteira. Mas, assim como identificado para o caso

3. Daza (2005) apresenta uma discussão sobre essa questão.

4. Analfabeto, alfabetizado, primário incompleto, primário completo, secundário incompleto, secundário completo, superior incompleto, superior completo.

das mulheres, a participação de trabalhadores que se declaram brancos vem diminuindo. Em média, a redução, entre 1996 e 2005, é de 4 pontos percentuais (p.p.), com exceção do setor informal, onde alcança 9 p.p.

Os trabalhadores mais jovens tendem a se concentrar na categoria empregado sem carteira (29 anos em 1996 e 31 em 2005), no setor formal (idade média de 34 anos) e como trabalhador doméstico (32 anos em 1996 e 36 anos em 2005). No setor informal, a idade média é de 41 anos e, no setor público, aumentou de 38 para 41 anos. Esses achados já identificados na literatura, conforme citado na terceira seção, corroboram as estratégias de inserção sugeridas.

Os mais escolarizados são os trabalhadores do setor público com dois níveis modais: secundário completo (30%) e superior completo (29% em 1996 e 36% em 2005). No setor formal, a maior proporção se concentra entre os que têm secundário completo, 20,51% em 1996 e cerca de 34% em 2005. Em seguida, os empregados sem carteira que se distribuem entre primário incompleto, secundário incompleto e completo, com participação crescente desse último nível no período analisado. No setor informal, a proporção de trabalhadores com primário incompleto é superior a 50% em 1996, atingindo, no entanto, o percentual de 47% em 2005. O trabalhador doméstico está concentrado também no primário incompleto (71% em 1996), porém essa parcela é reduzida em favor de um aumento de 10 p.p. na proporção de trabalhadores com secundário completo. Certamente, a ausência de barreiras à entrada no setor informal, assim como na ocupação de doméstica, abre a oportunidade de inserção no mercado de trabalho para aqueles menos escolarizados. A concentração dessas duas categorias em níveis educacionais mais baixos é uma evidência disso.

O rendimento-hora médio cai tanto para o trabalhador formal (R$ 5,18 em 1996 para R$ 4,21 em 2005) quanto para o do setor informal (R$ 3,81 em 1996 para R$ 2,74 em 2005). Os do trabalhador doméstico, do empregado sem carteira e do servidor público e militar permanecem estáveis no período, em torno de R$ 1,40, de R$ 2,30 e de R$ 6,30, respectivamente.

De acordo com essa análise, percebe-se que os perfis das categorias ocupacionais segundo atributos pessoais e rendimento são distintos. Em alguns casos, há similaridade entre sexo, cor ou alguma outra característica analisada, mas não existem duas categorias que, no conjunto das variáveis, apresentem perfis bastante semelhantes. Desse modo, essa tipologia, fundamentada teoricamente em aspectos interligados de produtividade, legalidade e subordinação, consegue distinguir razoavelmente grupos de trabalhadores, embora a heterogeneidade intragrupos não permita argumentar em favor da existência de trabalhadores homogêneos.

TABELA 1
Brasil: categorias ocupacionais segundo atributos pessoais e renda

Anos	1996		2001		2005	
	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão
			Trabalhadores domésticos			
Sexo (1 = homem)	0,0616	0,0026	0,0546	0,0022	0,0543	0,0020
Cor (1 = branco)	0,4573	0,0054	0,4483	0,0047	0,4075	0,0044
Idade	32,99	0,15	34,99	0,12	36,53	0,11
Analfabeto	0,1365	0,0038	0,1146	0,0030	0,0864	0,0025
Alfabetizado	0,0062	0,0009	0,0074	0,0008	0,0110	0,0009
Primário incompleto	0,7146	0,0049	0,6450	0,0046	0,5812	0,0044
Primário completo	0,0685	0,0028	0,0854	0,0027	0,0965	0,0027
Secundário incompleto	0,0470	0,0023	0,0773	0,0025	0,0986	0,0027
Secundário completo	0,0259	0,0017	0,0658	0,0024	0,1205	0,0029
Superior incompleto	0,0008	0,0003	0,0021	0,0004	0,0037	0,0005
Superior completo	0,0006	0,0003	0,0023	0,0005	0,0021	0,0004
Rendimento	208,07	1,73	196,58	1,28	195,35	1,11
Rendimento-hora	1,46	0,02	1,39	0,01	1,43	0,01
Observações		8.379		11.049		12.297
			Setor informal			
Sexo (1 = homem)	0,6842	0,0031	0,6722	0,0028	0,6542	0,0028
Cor (1 = branco)	0,5858	0,0033	0,5460	0,0030	0,5003	0,0029
Idade	40,24	0,09	41,04	0,08	41,75	0,08
Analfabeto	0,1115	0,0021	0,1111	0,0019	0,1017	0,0018
Alfabetizado	0,0060	0,0005	0,0059	0,0005	0,0078	0,0005
Primário incompleto	0,5567	0,0033	0,5152	0,0030	0,4736	0,0029
Primário completo	0,1000	0,0020	0,0989	0,0018	0,0987	0,0017
Secundário incompleto	0,0543	0,0015	0,0648	0,0015	0,0730	0,0015
Secundário completo	0,1247	0,0022	0,1487	0,0021	0,1903	0,0023
Superior incompleto	0,0190	0,0009	0,0230	0,0009	0,0246	0,0009
Superior completo	0,0278	0,0011	0,0324	0,0011	0,0302	0,0010
Rendimento	647,57	5,95	489,58	4,44	419,18	3,43
Rendimento-hora	3,81	0,05	2,94	0,03	2,74	0,03
Observações		22.797		27.913		29.478
			Empregados sem carteira			
Sexo (1 = homem)	0,7086	0,0033	0,6845	0,0029	0,6615	0,0029
Cor (1 = branco)	0,5217	0,0036	0,5048	0,0031	0,4801	0,0030
Idade	29,70	0,09	30,80	0,08	31,33	0,08
Analfabeto	0,1092	0,0022	0,0894	0,0018	0,0713	0,0016
Alfabetizado	0,0029	0,0004	0,0036	0,0004	0,0048	0,0004
Primário incompleto	0,5343	0,0036	0,4411	0,0031	0,3601	0,0029
Primário completo	0,0699	0,0018	0,0691	0,0016	0,0752	0,0016
Secundário incompleto	0,1004	0,0022	0,1240	0,0021	0,1351	0,0021
Secundário completo	0,1113	0,0023	0,1583	0,0023	0,2050	0,0025
Superior incompleto	0,0356	0,0013	0,0590	0,0015	0,0784	0,0016
Superior completo	0,0364	0,0013	0,0554	0,0014	0,0700	0,0015
Rendimento	383,04	4,09	378,69	4,07	362,77	3,30
Rendimento-hora	2,35	0,03	2,44	0,05	2,36	0,03
Observações		19.383		25.472		27.140

(continua)

(continuação)

Anos	1996		2001		2005	
	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão	Média/proporção	Erro-padrão
			Setor público			
Sexo (1 = homem)	0,4640	0,0050	0,4598	0,0048	0,4374	0,0045
Cor (1 = branco)	0,6301	0,0049	0,6300	0,0047	0,5859	0,0045
Idade	38,14	0,10	39,85	0,10	41,15	0,10
Analfabeto	0,0185	0,0014	0,0183	0,0013	0,0175	0,0012
Alfabetizado	0,0012	0,0004	0,0024	0,0005	0,0032	0,0005
Primário incompleto	0,1811	0,0039	0,1435	0,0034	0,1092	0,0029
Primário completo	0,0734	0,0026	0,0578	0,0023	0,0474	0,0019
Secundário incompleto	0,0647	0,0025	0,0593	0,0023	0,0477	0,0020
Secundário completo	0,2948	0,0046	0,3010	0,0044	0,3035	0,0042
Superior incompleto	0,0780	0,0027	0,1066	0,0030	0,1099	0,0029
Superior completo	0,2882	0,0046	0,3112	0,0045	0,3616	0,0044
Rendimento	972,07	11,72	987,83	11,02	959,66	10,50
Rendimento-hora	6,31	0,08	6,40	0,11	6,36	0,11
Observações		9.896		10.760		11.945
			Setor formal			
Sexo (1 = homem)	0,6714	0,0023	0,6549	0,0021	0,6414	0,0020
Cor (1 = branco)	0,6631	0,0023	0,6475	0,0021	0,6115	0,0020
Idade	34,02	0,06	34,37	0,05	34,70	0,05
Analfabeto	0,0385	0,0009	0,0280	0,0007	0,0226	0,0006
Alfabetizado	0,0026	0,0002	0,0027	0,0002	0,0035	0,0002
Primário incompleto	0,3991	0,0024	0,3171	0,0021	0,2515	0,0018
Primário completo	0,1143	0,0015	0,1031	0,0014	0,0902	0,0012
Secundário incompleto	0,0922	0,0014	0,0981	0,0013	0,0885	0,0012
Secundário completo	0,2051	0,0020	0,2739	0,0020	0,3384	0,0020
Superior incompleto	0,0501	0,0011	0,0679	0,0011	0,0849	0,0012
Superior completo	0,0980	0,0014	0,1091	0,0014	0,1204	0,0013
Rendimento	911,65	7,43	796,90	5,87	735,68	5,35
Rendimento-hora	5,18	0,07	4,46	0,04	4,21	0,04
Observações		42.188		49.834		58.599

Fonte: Pnads de 1996, 2001 e 2005: microdados.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983, 172f.

————. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

DAZA, J. L. *Informal economy, undeclared work and labour administration.* Geneve: ILO, 2005 (Paper, n. 9).

HUSSMANNS, R. *Measuring the informal economy*: from employment in the informal sector to informal employment. Geneve: ILO, 2004 (Working papers, n. 54).

LEWIS, W. A. El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo. In: AGAWALA, A. N.; SINGH, S. P. *La economía del subdesarrollo*. Madri: Tecnos, 1963 *apud* MACHADO, A.

F. *Trabalhador por conta própria*: heterogeneidade e desigualdade de renda em regiões metropolitanas. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 178f. Dissertação (Mestrado em Economia).

MACHADO, A. F.; PENIDO, M.; OLIVEIRA, J. M. de. *Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por contaprópria no Brasil metropolitano (1997 a 2001*). ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9, 2005, Recife. *Anais*. São Paulo: Abet, 2005.

TOLOSA, H. Dualismo no mercado de trabalho urbano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-36, 1975.

TRABALHO INSALUBRE E SALÁRIOS INDUSTRIAIS

Luiz Alberto Esteves*

1 INTRODUÇÃO

A idéia de que diferenças salariais para trabalho homogêneo originam-se da heterogeneidade das firmas em fornecer ambientes seguros de trabalho foi desenvolvida originalmente por Adam Smith, em *A riqueza das nações*. O argumento básico é que empresas que expõem seus trabalhadores a maiores riscos de acidentes de trabalho – ou de desenvolvimento de alguma doença de trabalho – deveriam compensá-los com salários maiores. Esse argumento é conhecido na literatura econômica como diferenciais compensatórios de salários.[1]

O objetivo deste trabalho é verificar a existência de diferenciais compensatórios de salários para a indústria brasileira, ou seja, verificar se as indústrias mais insalubres proporcionam maiores remunerações a seus trabalhadores a título compensatório. Esta nota apresenta resultados obtidos a partir de estimativas com dados de painel, que corroboraram a hipótese de diferenciais compensatórios de salários para a indústria brasileira.[2]

2 DADOS

Os dados utilizados para os testes empíricos deste trabalho foram obtidos em duas diferentes fontes de informações. A primeira é a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) relativa aos anos de 1997, 1998 e 1999. Essa base dispõe de informações individuais de salário, gênero, idade, escolaridade, tempo de emprego e ocupação – três dígitos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – para 499.062 observações de trabalhadores *full time blue collars* durante todo o período analisado. Essas observações referem-se a uma amostra de 244.218 trabalhadores diferentes, sendo que apenas 91.920 trabalhadores estão presentes em todos os anos da amostra.

A segunda fonte de informações utilizada neste trabalho são os *Anuários Estatísticos de Acidentes de Trabalho do Ministério da Previdência Social*, também relativos aos anos de 1997, 1998 e 1999. Essas estatísticas são fornecidas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), o que possibilita um *link* com as informações da Rais.

A medida de risco de acidentes de trabalho aqui utilizada é obtida, para cada ano da amostra, mediante a razão entre os acidentes de trabalho por Cnae (dois dígitos) e o total de trabalhadores formais[3] empregados em cada uma dessas Cnaes. Os valores censitários de trabalhadores formais por Cnae foram obtidos no *site* institucional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET).

---

* Professor assistente da UFPR e doutorando em economia pela Universidade de Siena, Itália.

1. O leitor interessado poderá encontrar diferentes modelos formais de diferenciais compensatórios de salários em Rosen (1986), Ehrenberg (1985) e Fernandes (2002).

2. As várias especificidades teóricas e empíricas da pesquisa sobre salários e acidentes de trabalho não são discutidas nesta nota. Para uma análise mais detalhada, ver Esteves (2007).

3. Optou-se por considerar a razão acidentes/trabalhadores formais, pois as estatísticas de acidentes de trabalho são provenientes das comunicações de acidentes de trabalho (CATs). Tais comunicações são, em sua grande maioria, reportadas para trabalhadores com "carteira assinada".

As estatísticas descritivas das variáveis a serem utilizadas neste trabalho são reportadas, por ano, na tabela 1. As razões acidentes/empregados por Cnae e ano são reportadas na tabela 2. Pode-se verificar que as indústrias com maior incidência de acidentes são as de máquinas e equipamentos e fabricação de veículos automotores. Já as indústrias de vestuário e fabricação de máquinas e equipamentos de escritório e informática figuram entre os setores com menor incidência de acidentes.

A incidência de acidentes apresenta, em média, taxas decrescentes no período 1997-1999 na maioria dos setores analisados. Pode-se verificar, no gráfico a seguir, que a função distribuição cumulativa (CDF) da razão de acidentes de trabalho por Cnae no ano de 1997 está localizada à direita da CDF de 1998 – implicando que a razão de acidentes é menor em qualquer ponto da distribuição em 1998 quando comparada com a de 1997. Resultado análogo, e ainda mais evidente, é obtido da análise da CDF de 1999 em relação às de 1998 e 1997.

TABELA 1
Estatísticas descritivas

Variáveis	1997	1998	1999
Ln (salário horário)	1,22	1,29	1,19
	(0,67)	(0,70)	(0,70)
Escolaridade (em anos)	6,59	6,39	6,33
	(3,07)	(3,16)	(3,29)
Gênero (% de homens)	0,77	0,78	0,80
	(0,41)	(0,41)	(0,40)
Idade (em anos)	33,03	34,34	34,51
	(11,15)	(11,73)	(11,65)
Tempo de emprego (em meses)	47,12	54,26	57,26
	(54,57)	(57,20)	(59,32)
Ln (tamanho da firma)	5,56	5,22	5,16
	(1,30)	(1,23)	(1,21)
Razão acidentes/emprego (Cnae dois dígitos)	3,26	3,26	3,00
	(1,98)	(2,05)	(1,90)
Observações	194.460	164.156	146.143

Notas: 1) Desvio-padrão entre parênteses abaixo das médias; 2) Salários a preços de 1999 ajustados pelos Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e 3) Pesos amostrais utilizados.

Função distribuição cumulativa (CDF) – 1997,1998 e 1999

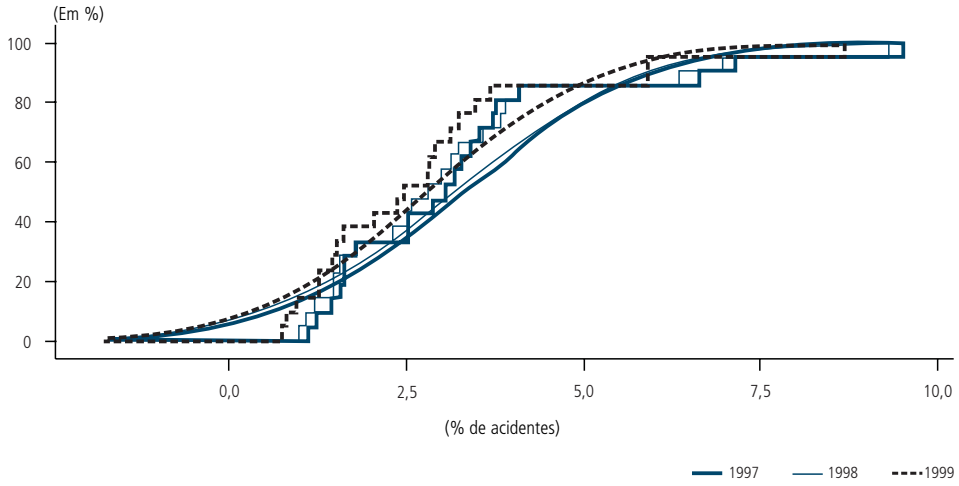


TABELA 2
Percentual de acidentes por indústria

Indústria	% de acidentes (1997)	% de acidentes (1998)	% de acidentes (1999)
Alimentos e bebidas	3,19	2,78	2,82
Fumos	3,10	2,56	1,62
Têxteis	2,54	2,29	2,48
Vestuário	1,24	1,11	0,94
Couro e calçados	1,61	1,54	1,51
Madeira	9,52	9,31	8,70
Papel e celulose	3,72	3,91	3,68
Edição e impressão	1,60	1,48	1,26
Químicos	2,54	2,52	2,03
Borracha e plástico	3,50	3,56	3,22
Minerais não-metálicos	3,27	3,13	2,80
Metalurgia básica	2,87	2,98	2,37
Produtos de metal	3,73	4,07	3,49
Máquinas e equipamentos	7,12	6,96	5,93
Máquinas de escritório e informática	1,14	0,99	0,80
Aparelhos elétricos	3,40	3,21	2,90
Material eletrônico e de comunicação	1,79	1,83	1,46
Médico-hospitalares e outros	1,61	1,48	1,26
Veículos automotores	6,61	6,35	5,90
Equipamentos de transporte	1,42	1,19	0,75
Móveis	4,10	3,84	3,13

Fonte: Ministério da Previdência Social.

Ainda em relação ao gráfico, verificou-se que a hipótese de igualdade das distribuições (hipótese nula) não foi rejeitada, ou seja, as taxas de incidência de acidentes foram reduzidas no período analisado, porém não o suficiente para inferir que tais reduções tenham sido significativas em termos estatísticos (ver tabela 3).

TABELA 3
Teste Kolmogorov-Smirnov de igualdade das distribuições

Categorias comparadas	Estatística-D (valor-p)
Hipótese nula: CDF 1998 = CDF 1997	0,14[NS] (0,85)
Hipótese nula: CDF 1999 = CDF 1998	0,14[NS] (0,98)
Hipótese nula: CDF 1999 = CDF 1997	0,19[NS] (0,84)

[NS] não-significativo.

3 ANÁLISE EMPÍRICA

Esta seção se inicia com a obtenção de estimativas da relação entre salários e risco de acidentes (razão acidentes/emprego) para todo o período da amostra. Para tal finalidade, foi utilizada uma equação de rendimentos com a seguinte especificação:

$$\ln w_{it} = \beta_0 X_{it} + \beta_1 F_{it} + \beta_2 R_{it} + \alpha_i + \gamma_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

onde ln w_{it} é o logaritmo do salário horário do trabalhador *i* no período *t*; X_i é um vetor de variáveis relacionadas aos atributos do trabalhador *i* no período *t*; F_i é um vetor de variáveis relacionadas às características da firma onde o indivíduo *i* estava empregado no período *t*; R_i é a razão acidentes/emprego da indústria a que o indivíduo *i* estava filiado no período *t*; α_i é o efeito fixo trabalhador; γ_t é o efeito fixo ano; e ε_{it} é o erro aleatório.

Os coeficientes estimados do modelo da equação (1) estão reportados na primeira coluna de resultados da tabela 4. O valor do coeficiente β_2 (coeficiente da variável razão acidentes/emprego) é de 2,02. O valor positivo e a significância estatística de β_2 implicam a corroboração da hipótese de diferenciais compensatórios de salários para a indústria brasileira – a positividade de β_2 surge da relação entre a maior exposição a riscos de acidentes de trabalho associada a maiores salários (considerados os demais controles).

O mesmo teste é efetuado considerando-se a especificação econométrica a seguir:

$$\ln w_{it} = \beta_0 X_{it} + \beta_1 F_{it} + \beta_2 \ln R_{it} + \alpha_i + \gamma_t + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Nesse caso utiliza-se o logaritmo da razão acidentes/emprego da indústria onde o indivíduo *i* estava filiado no período *t*.

TABELA 4
Retornos sobre exposição a acidentes de trabalho – análise de painel
(Variável dependente = ln (salário horário))

Variáveis	Regressão efeitos fixos trabalhadores I	Regressão efeitos fixos trabalhadores II
Escolaridade (em anos)	0,008***	0,008***
	(0,0005)	(0,0005)
Tempo de emprego (em meses)	0,001***	0,001***
	(0,00006)	(0,00006)
Idade (em anos)	0,07***	0,06***
	(0,001)	(0,001)
Ln (tamanho da firma)	–0,009***	–0,009***
	(0,002)	(0,002)
Razão acidentes/emprego	2,02***	
	(0,22)	
Ln (razão acidentes/emprego)		0,05***
		(0,006)
Observações	499.062	499.062

Notas: 1) Erros-padrão entre parênteses; 2) *** significativo a 1%; 3) Salários a preços de 1999 ajustados pelo IPCA; 4) Outros controles omitidos na tabela incluem: $(\text{idade})^2$, $(\text{tempo de emprego})^2$, *dummies* de indústria (Cnae três dígitos), *dummies* de ocupação (CBO três dígitos), *dummies* de localização (27 estados) e *dummies* de ano; 5) Todas as regressões incluem uma constante; e 6) Pesos amostrais utilizados.

Os coeficientes estimados do modelo da equação (2) estão reportados na segunda coluna de resultados da tabela 4. O valor do coeficiente β_2 (coeficiente da variável ln da razão acidentes/emprego) é de 0,05. Assim como verificado anteriormente, o valor positivo e a significância estatística de β_2 corroboram mais uma vez a hipótese de diferenciais compensatórios de salários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi fornecer evidências empíricas sobre a hipótese de diferenciais compensatórios de salários para a indústria brasileira. Embora tal assunto seja amplamente explorado na literatura internacional, poucas evidências empíricas são disponíveis para a economia brasileira e demais países em desenvolvimento.

Os resultados obtidos neste trabalho fornecem fortes evidências de que os trabalhadores brasileiros expostos a maiores riscos de acidentes recebem prêmios salariais com o objetivo de compensar suas posições em postos de trabalho insalubres.

REFERÊNCIAS

EHRENBERG, R. *Workers compensation, wages, and the risk of injury*. NBER, 1985 (Working paper, n. 1.538).

ESTEVES, L. *Salários e risco de acidentes de trabalho*: evidências de diferenciais compensatórios para a indústria manufatureira. Departamento de Economia da UFPR, 2007 (Texto para discussão, n. 09/2007).

FERNANDES, R. Desigualdade salarial: aspectos teóricos. In: CORSEUIL, G. H. (Ed.). *Estrutura salarial*: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, p. 1-50, 2002.

ROSEN, S. The theory of equalizing differences. In: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (Ed.). *Handbook of Labor Economics*. North Holland, 1986.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana A1
2. PEA por gênero A2
3. PEA por grau de instrução A2
4. PEA por faixa etária A3
5. Taxa de participação por região metropolitana A4
6. Taxa de participação por gênero A5
7. Taxa de participação por grau de instrução A5
8. Taxa de participação por faixa etária A6
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar A7

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana A9
2. Nível de ocupação por gênero A10
3. Nível de ocupação por grau de instrução A11
4. Nível de ocupação por faixa etária A12
5. Nível de ocupação por posição na ocupação A13
6. Empregados por categoria de ocupação A14
7. Nível de ocupação por setor de atividade A15

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF A17
2. Desligamentos por UF A18
3. Variação do nível de emprego por UF A19
4. Admissões por setor de atividade A20
5. Desligamentos por setor de atividade A21
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade A22

IV. DESEMPREGO

1 Taxa de desemprego por região metropolitana: PME A23
2 Taxa de desemprego aberto: PED A24
3 Taxa de desemprego oculto por desalento: PED A25
4 Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED A26
5 Taxa de desemprego total: PED A27
6. Taxa de desemprego por gênero: PME A28
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME A28
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME A29
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME A30
10. Composição do desemprego por gênero: PME A30
11. Composição do desemprego por posição na família: PME A31
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME A32
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME A33
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME A34

V. SEGURO-DESEMPREGO

1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício A35

VI. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região A37
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região A38
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação A39
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação A40
5. Salário mínimo real A41

VII. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana A43
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana A44
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana A45
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana A46

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002[a]		1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241	n.d.	n.d.
2003		1.460	1.547	2.158	5.279	9.061	1.788	21.293	1.369	22.662
2004		1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753	1.394	23.147
2005		1.478	1.647	2.273	5.380	9.369	1.845	21.991	1.470	23.461
2006		1.541	1.651	2.399	5.468	9.576	1.891	22.527	1.474	24.001
	Jan./set. 2006	1.536	1.638	2.382	5.460	9.525	1.888	22.428	1.475	23.903
2006	Setembro	1.567	1.662	2.466	5.561	9.808	1.927	22.991	1.471	24.462
	Outubro	1.569	1.669	2.472	5.518	9.767	1.909	22.905	1.485	24.390
	Novembro	1.576	1.703	2.453	5.480	9.792	1.912	22.916	1.473	24.389
	Dezembro	1.523	1.704	2.431	5.478	9.632	1.883	22.652	1.453	24.105
2007	Janeiro	1.509	1.717	2.430	5.447	9.641	1.870	22.614	1.448	24.062
	Fevereiro	1.499	1.702	2.449	5.463	9.678	1.869	22.659	1.446	24.105
	Março	1.495	1.710	2.457	5.493	9.841	1.894	22.891	1.482	24.373
	Abril	1.489	1.697	2.467	5.430	9.819	1.911	22.814	1.479	24.293
	Maio	1.503	1.744	2.453	5.492	9.743	1.901	22.836	1.494	24.330
	Junho	1.502	1.754	2.467	5.531	9.840	1.921	23.015	1.497	24.512
	Julho	1.514	1.760	2.504	5.478	9.812	1.939	23.007	1.501	24.508
	Agosto	1.525	1.782	2.521	5.564	9.912	1.960	23.264	1.536	24.800
	Setembro	1.519	1.753	2.523	5.608	9.988	1.955	23.345	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	1.506	1.735	2.474	5.501	9.808	1.913	22.938	1.485	24.373

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		11.371	8.869
2003		11.830	9.463
2004		11.984	9.769
2005		12.094	9.896
2006		12.338	10.153
	Jan./set. 2006	12.311	10.117
2006	Setembro	12.508	10.484
	Outubro	12.483	10.422
	Novembro	12.483	10.370
	Dezembro	12.546	10.212
2007	Janeiro	12.447	10.167
	Fevereiro	12.377	10.283
	Março	12.489	10.401
	Abril	12.454	10.359
	Maio	12.468	10.368
	Junho	12.558	10.457
	Julho	12.536	10.471
	Agosto	12.609	10.656
	Setembro	12.692	10.654
	Jan.-set./2007	12.514	10.424

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		7.047	4.112	9.041
2003		7.229	4.267	9.761
2004		7.036	4.261	10.416
2005		6.759	4.220	10.979
2006		6.616	4.245	11.632
	Jan.-set./2006	6.620	4.231	11.544
2006	Setembro	6.830	4.264	11.863
	Outubro	6.682	4.317	11.861
	Novembro	6.645	4.332	11.903
	Dezembro	6.484	4.211	11.927
2007	Janeiro	6.369	4.166	12.057
	Fevereiro	6.369	4.151	12.114
	Março	6.351	4.256	12.250
	Abril	6.378	4.252	12.147
	Maio	6.321	4.241	12.236
	Junho	6.357	4.250	12.368
	Julho	6.417	4.276	12.281
	Agosto	6.502	4.318	12.415
	Setembro	6.499	4.416	12.402
	Jan.-set./2007	6.396	4.258	12.252

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		95	573	4.018	12.576	2.980
2003		128	620	4.102	13.141	3.302
2004		108	604	4.131	13.378	3.532
2005		64	528	4.041	13.641	3.717
2006		74	548	4.082	13.921	3.903
	Jan.-set./2006	76	551	4.066	13.888	3.847
2006	Setembro	78	554	4.194	14.148	4.016
	Outubro	68	564	4.170	14.083	4.020
	Novembro	67	548	4.152	14.070	4.079
	Dezembro	65	505	4.063	13.898	4.122
2007	Janeiro	54	510	4.033	13.953	4.064
	Fevereiro	53	520	4.046	13.974	4.065
	Março	65	526	4.155	14.069	4.076
	Abril	76	540	4.155	14.030	4.013
	Maio	73	519	4.120	14.096	4.028
	Junho	53	507	4.109	14.283	4.063
	Julho	61	505	4.054	14.281	4.105
	Agosto	62	502	4.070	14.445	4.185
	Setembro	73	527	4.056	14.490	4.200
	Jan.-set./2007	63	517	4.089	14.180	4.089

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.5
Taxa de participação por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002[a]		48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003		51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004		49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005		49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006		56,9	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	58,7	56,7
	Jan.-set./2006	51,2	57,3	57,9	54,1	59,1	56,6	56,7	59,0	56,9
2006	Setembro	52,2	57,8	59,5	54,9	60,4	57,4	57,8	58,3	57,8
	Outubro	52,0	57,9	59,4	54,5	59,8	56,9	57,5	58,4	57,6
	Novembro	52,1	58,9	58,9	53,9	60,0	56,7	57,4	58,0	57,4
	Dezembro	50,2	58,8	58,2	53,6	59,0	55,6	56,6	56,9	56,6
2007	Janeiro	49,6	59,2	57,9	53,4	59,0	55,1	56,4	56,7	56,4
	Fevereiro	49,1	58,7	58,4	53,5	58,9	55,1	56,4	56,9	56,4
	Março	48,7	59,0	58,5	53,6	59,9	56,2	56,9	57,9	57,0
	Abril	48,6	58,3	58,6	52,7	59,7	56,7	56,6	58,2	56,7
	Maio	48,9	59,5	58,2	53,1	59,2	56,2	56,5	58,5	56,6
	Junho	48,8	59,5	58,4	53,4	59,7	56,5	56,8	58,3	56,9
	Julho	49,4	59,5	59,1	53,2	59,5	56,6	56,8	58,4	56,9
	Agosto	49,5	60,0	59,4	54,0	60,0	57,2	57,4	59,3	57,5
	Setembro	49,3	58,9	59,4	54,5	60,1	57,2	57,5	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	49,1	59,2	58,6	53,3	59,4	56,2	56,7	58,0	56,8

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA I.6
Taxa de participação por gênero
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		66,3	45,7
2003		67,7	47,8
2004		67,3	48,3
2005		66,7	47,7
2006		66,9	48,2
	Jan.-set./2006	66,8	48,1
2006	Setembro	67,4	49,5
	Outubro	67,1	49,0
	Novembro	67,2	48,7
	Dezembro	66,3	48,0
2007	Janeiro	66,5	47,6
	Fevereiro	65,9	48,0
	Março	66,5	48,5
	Abril	66,3	48,2
	Maio	66,3	48,0
	Junho	66,6	48,3
	Julho	66,5	48,4
	Agosto	66,9	49,1
	Setembro	66,9	49,2
	Jan.-set./2007	66,4	48,2

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.7
Taxa de participação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		40,9	57,1	74,9
2003		42,1	58,9	76,2
2004		41,3	58,4	76,3
2005		39,9	56,9	75,9
2006		39,1	57,4	76,2
	Jan.-set./2006	39,3	57,0	76,0
2006	Setembro	40,0	58,5	77,3
	Outubro	39,1	58,8	77,1
	Novembro	38,7	59,0	77,4
	Dezembro	38,4	57,5	75,6
2007	Janeiro	38,2	56,3	75,5
	Fevereiro	38,3	55,5	75,6
	Março	38,3	56,4	76,3
	Abril	38,1	56,8	75,8
	Maio	37,8	56,6	75,9
	Junho	38,1	56,7	76,1
	Julho	38,3	56,9	76,0
	Agosto	38,6	57,7	76,9
	Setembro	38,4	58,9	76,8
	Jan.-set./2007	38,2	56,9	76,1

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8
Taxa de participação por faixa etária
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006		2,0	23,6	70,8	79,2	38,4
	Jan.-set./2006	2,0	23,7	70,3	79,1	38,2
2006	Setembro	2,1	24,0	72,7	79,9	39,4
	Outubro	1,8	24,2	72,1	79,5	39,1
	Novembro	1,8	23,5	72,1	79,4	39,0
	Dezembro	1,8	22,0	70,4	78,7	38,7
2007	Janeiro	1,5	22,3	70,2	78,7	38,3
	Fevereiro	1,4	22,4	70,6	79,1	38,1
	Março	1,7	22,9	71,8	79,3	38,3
	Abril	2,0	23,5	71,6	79,2	37,7
	Maio	1,9	22,3	71,2	79,3	37,7
	Junho	1,4	21,6	70,8	79,7	38,0
	Julho	1,6	21,9	70,5	79,9	38,3
	Agosto	1,6	22,0	70,7	80,6	38,9
	Setembro	1,9	23,2	71,4	80,5	38,8
	Jan.-set./2007	1,6	22,3	70,8	79,5	38,1

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.9
População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período		Disponíveis		Não-disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA[a]	Total		
2002[b]		1.087	3.181	445	3.626
2003		989	2.823	408	3.230
2004		1.030	2.825	369	3.194
2005		1.027	2.828	346	3.174
2006		1.003	2.595	378	2.973
	Jan.-set./2006	1.006	2.632	367	2.999
2006	Setembro	963	2.514	372	2.886
	Outubro	986	2.510	405	2.915
	Novembro	949	2.422	380	2.802
	Dezembro	1.044	2.517	436	2.953
2007	Janeiro	1.114	2.591	438	3.029
	Fevereiro	1.018	2.422	440	2.862
	Março	934	2.372	425	2.797
	Abril	909	2.308	433	2.741
	Maio	943	2.391	420	2.811
	Junho	960	2.387	416	2.802
	Julho	917	2.314	400	2.714
	Agosto	907	2.330	435	2.764
	Setembro	863	2.283	406	2.689
	Jan.-set./2007	952	2.378	424	2.801

Fonte: IBGE/PME.

[a] Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.1
Nível de ocupação por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002[a]		1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885	n.d.	n.d.
2003		1.258	1.289	1.924	4.794	7.785	1.619	18.669	1.247	19.917
2004		1.267	1.335	2.012	4.895	8.098	1.654	19.260	1.281	20.541
2005		1.282	1.392	2.074	4.965	8.411	1.708	19.831	1.361	21.192
2006		1.317	1.425	2.195	5.038	8.568	1.739	20.282	1.372	21.654
	Jan.-set./2006	1.300	1.410	2.175	5.015	8.504	1.734	20.137	1.367	21.504
2006	Setembro	1.353	1.435	2.273	5.144	8.720	1.775	20.699	1.377	22.076
	Outubro	1.357	1.440	2.258	5.118	8.740	1.748	20.661	1.401	22.062
	Novembro	1.380	1.478	2.253	5.078	8.782	1.759	20.731	1.387	22.118
	Dezembro	1.365	1.492	2.259	5.124	8.761	1.758	20.759	1.371	22.130
2007	Janeiro	1.335	1.485	2.227	5.089	8.664	1.718	20.518	1.367	21.885
	Fevereiro	1.315	1.470	2.221	5.052	8.655	1.714	20.427	1.350	21.777
	Março	1.316	1.469	2.246	5.089	8.712	1.738	20.569	1.377	21.946
	Abril	1.309	1.456	2.267	5.024	8.684	1.760	20.501	1.384	21.885
	Maio	1.316	1.489	2.249	5.053	8.656	1.760	20.522	1.390	21.912
	Junho	1.314	1.498	2.273	5.087	8.840	1.779	20.790	1.392	22.182
	Julho	1.323	1.505	2.321	5.090	8.801	1.793	20.832	1.393	22.225
	Agosto	1.329	1.516	2.335	5.152	8.909	1.809	21.049	1.432	22.481
	Setembro	1.327	1.516	2.334	5.204	9.053	1.816	21.250	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	1.320	1.489	2.275	5.093	8.775	1.765	20.718	1.386	22.103

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA II.2
Nível de ocupação por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		10.248	7.636
2003		10.641	8.029
2004		10.895	8.364
2005		11.156	8.675
2006		11.351	8.931
	Jan.-set./2006	11.287	8.850
2006	Setembro	11.519	9.181
	Outubro	11.496	9.165
	Novembro	11.561	9.170
	Dezembro	11.568	9.191
2007	Janeiro	11.496	9.022
	Fevereiro	11.379	9.048
	Março	11.453	9.116
	Abril	11.440	9.061
	Maio	11.437	9.085
	Junho	11.585	9.206
	Julho	11.615	9.217
	Agosto	11.671	9.378
	Setembro	11.818	9.432
	Jan.-set./2007	11.544	9.174

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3
Nível de ocupação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período		0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002[a]		557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003		565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004		531	1.131	4.628	3.590	9.339
2005		484	1.103	4.573	3.656	9.981
2006		480	1.072	4.470	3.666	10.558
	Jan.-set./2006	483	1.086	4.445	3.645	10.445
2006	Setembro	518	1.069	4.636	3.660	10.782
	Outubro	478	1.059	4.548	3.714	10.817
	Novembro	476	1.047	4.554	3.733	10.884
	Dezembro	463	991	4.538	3.745	10.992
2007	Janeiro	400	1.024	4.429	3.664	10.979
	Fevereiro	421	1.015	4.375	3.624	10.967
	Março	424	960	4.425	3.692	11.035
	Abril	436	983	4.404	3.675	10.967
	Maio	439	972	4.391	3.632	11.051
	Junho	456	986	4.371	3.709	11.228
	Julho	441	1.039	4.394	3.726	11.199
	Agosto	454	1.037	4.470	3.759	11.300
	Setembro	464	1.011	4.508	3.859	11.379
	Jan.-set./2007	437	1.003	4.419	3.704	11.123

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4
Nível de ocupação por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		78	377	3.152	11.445	2.833
2003		105	383	3.144	11.909	3.128
2004		89	390	3.200	12.215	3.366
2005		54	352	3.208	12.638	3.579
2006		61	369	3.224	12.868	3.759
	Jan.-set./2006	63	368	3.192	12.812	3.701
2006	Setembro	63	367	3.314	13.085	3.870
	Outubro	54	369	3.335	13.044	3.859
	Novembro	55	371	3.322	13.045	3.938
	Dezembro	57	371	3.307	13.021	4.003
2007	Janeiro	48	341	3.245	12.959	3.924
	Fevereiro	47	353	3.219	12.886	3.922
	Março	52	340	3.249	12.990	3.938
	Abril	60	358	3.264	12.931	3.888
	Maio	57	334	3.237	13.010	3.884
	Junho	40	359	3.243	13.222	3.928
	Julho	45	351	3.221	13.251	3.965
	Agosto	49	340	3.236	13.385	4.040
	Setembro	60	357	3.299	13.468	4.066
	Jan.-set./2007	51	348	3.246	13.122	3.951

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.5
Nível de ocupação por posição na ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
		Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002[a]		8.141	3.796	1.354	11	3.468	897	217	17.885
2003		8.266	4.090	1.370	12	3.729	1.025	177	18.669
2004		8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.260
2005		8.920	4.431	1.452	8	3.843	1.021	156	19.831
2006		9.351	4.389	1.495	8	3.881	1.005	153	20.282
	Jan.-set./2006	9.299	4.363	1.495	8	3.825	1.004	152	20.137
2006	Setembro	9.513	4.604	1.491	8	3.936	992	156	20.699
	Outubro	9.556	4.477	1.493	5	3.992	991	148	20.661
	Novembro	9.562	4.443	1.507	7	4.043	1.012	158	20.731
	Dezembro	9.568	4.402	1.480	10	4.113	1.023	161	20.759
2007	Janeiro	9.505	4.309	1.535	11	4.012	991	155	20.518
	Fevereiro	9.524	4.266	1.566	7	3.959	953	153	20.427
	Março	9.534	4.342	1.550	8	4.020	961	155	20.569
	Abril	9.594	4.333	1.502	9	3.924	989	150	20.501
	Maio	9.628	4.289	1.521	10	3.986	952	136	20.522
	Junho	9.675	4.343	1.534	11	4.091	995	142	20.790
	Julho	9.814	4.330	1.522	7	4.040	972	147	20.832
	Agosto	10.041	4.285	1.513	4	3.992	1.072	142	21.049
	Setembro	10.129	4.357	1.513	6	4.096	1.016	133	21.250
	Jan.-set./2007	9.716	4.317	1.528	8	4.013	989	146	20.718

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6
Empregados por categoria de ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Setor privado		Setor público			Domésticos	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002[a]		7.261	2.639	381	273	1.354	500	885
2003		7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004		7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005		7.984	3.102	357	283	1.452	579	1.047
2006		8.419	2.994	369	304	1.501	581	1.090
	Jan.-set./2006	8.328	2.978	378	304	1.496	575	1.089
2006	Setembro	8.518	3.138	408	314	1.491	587	1.152
	Outubro	8.583	3.078	370	309	1.493	603	1.091
	Novembro	8.594	3.063	353	298	1.507	614	1.081
	Dezembro	8.630	2.980	354	315	1.480	584	1.107
2007	Janeiro	8.562	2.946	344	293	1.535	599	1.070
	Fevereiro	8.582	2.862	369	284	1.566	573	1.120
	Março	8.588	2.875	362	325	1.550	584	1.142
	Abril	8.627	2.921	365	307	1.502	602	1.105
	Maio	8.662	2.853	356	302	1.521	610	1.134
	Junho	8.703	2.902	339	317	1.534	633	1.125
	Julho	8.807	2.877	378	323	1.522	629	1.129
	Agosto	9.027	2.858	395	317	1.513	619	1.110
	Setembro	9.104	2.941	395	312	1.513	630	1.105
	Jan.-set./2007	8.740	2.893	367	309	1.528	609	1.116

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7
Nível de ocupação por setor de atividade
(Em mil pessoas)

Período		Indústria[a]	Construção	Comércio[b]	Intermediação financeira[c]	Administração pública[d]	Serviços domésticos	Outros serviços[e]	Outras atividades[f]
2002[g]		3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003		3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004		3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005		3.509	1.436	3.905	2.758	3.105	1.626	3.362	129
2006		3.537	1.457	3.967	2.897	3.177	1.671	3.449	127
	Jan.-set./2006	3.501	1.445	3.932	2.873	3.183	1.664	3.413	126
2006	Setembro	3.608	1.480	3.955	3.008	3.008	1.739	3.558	140
	Outubro	3.650	1.471	4.076	2.935	3.185	1.694	3.528	121
	Novembro	3.663	1.510	4.063	2.984	3.135	1.696	3.551	130
	Dezembro	3.630	1.496	4.073	2.985	3.154	1.692	3.594	135
2007	Janeiro	3.545	1.481	3.932	3.036	3.158	1.669	3.569	127
	Fevereiro	3.498	1.464	3.945	3.036	3.188	1.692	3.475	128
	Março	3.467	1.515	3.989	3.056	3.208	1.726	3.468	141
	Abril	3.496	1.519	3.994	3.032	3.157	1.708	3.460	136
	Maio	3.512	1.466	3.953	3.108	3.174	1.744	3.429	137
	Junho	3.519	1.509	4.071	3.144	3.211	1.758	3.442	137
	Julho	3.544	1.533	4.031	3.133	3.304	1.759	3.399	129
	Agosto	3.590	1.511	4.062	3.228	3.310	1.728	3.499	120
	Setembro	3.629	1.560	4.081	3.170	3.368	1.734	3.582	125
	Jan.-set./2007	3.533	1.507	4.006	3.105	3.231	1.724	3.480	131

Fonte: IBGE/PME.

[a] Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

[b] Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

[c] Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

[d] Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

[e] Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

[f] Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

[g] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA III.1
Admissões por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan.-set./06	Set./06	Out./06	Nov./06	Dez./06	Jan./07	Fev./07	Mar./07	Abr./07	Mai./07	Jun./07	Jul./07	Ago./07	Set./07
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	6.002	5.887	5.711	5.632	4.289	5.685	6.384	6.861	6.203	7.629	7.001	7.553	7.312	6.679
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	1.495	1.579	1.636	1.413	1.077	1.237	1.198	1.550	1.489	1.356	1.567	1.631	1.452	1.288
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	12.346	13.034	12.826	11.622	8.061	12.655	11.631	13.330	13.369	14.240	13.558	14.219	14.900	13.858
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	673	619	666	723	452	654	717	676	837	1.077	636	842	848	773
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	18.845	21.413	19.524	18.442	13.518	17.678	17.982	18.666	18.998	20.892	21.277	23.480	22.816	22.137
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	1.184	1.707	1.591	1.605	1.441	1.268	1.499	1.245	1.090	1.593	1.531	1.779	1.877	1.438
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	3.866	3.668	3.621	3.329	2.465	3.812	3.914	4.089	4.466	4.918	4.572	4.464	4.841	4.495
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	7.894	7.410	8.803	8.261	6.222	8.426	8.624	8.306	9.218	10.238	10.179	9.625	10.794	10.252
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	5.054	4.715	5.276	5.322	3.735	4.746	4.468	4.562	4.845	5.496	5.359	5.083	5.785	6.279
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	21.906	26.240	26.609	25.461	17.814	22.269	21.180	21.169	22.382	24.628	23.583	26.276	31.518	26.267
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	12.314	16.417	12.736	12.937	10.472	11.840	9.173	10.750	10.505	11.917	12.152	14.105	15.415	15.199
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	7.303	8.950	6.866	6.795	5.200	6.630	6.409	7.140	7.004	7.367	6.043	9.153	11.662	8.864
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	28.426	48.964	29.044	28.660	20.025	24.520	20.808	24.395	27.525	34.007	29.070	26.261	36.775	45.085
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	9.188	32.909	14.870	7.289	5.204	6.858	4.704	5.162	6.388	6.505	6.512	8.225	7.609	34.553
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	5.834	5.909	7.090	5.504	5.260	5.573	5.636	5.665	6.406	5.922	6.760	5.958	6.586	8.232
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	40.710	38.879	37.447	38.296	31.082	41.989	35.906	46.783	46.807	50.013	47.845	45.354	46.042	42.962
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	148.779	139.917	134.123	128.747	104.126	132.685	133.944	157.399	157.158	188.493	178.178	159.531	160.623	143.817
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	26.826	25.906	26.621	25.405	20.829	26.042	26.028	31.090	32.998	36.066	27.768	28.229	27.738	26.724
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	1017.193	1047.227	87.485	86.256	87.896	90.845	81.119	94.165	86.942	101.394	99.945	98.928	97.551	98.870	100.934	99.047
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	352.100	324.082	334.027	320.616	251.389	377.717	388.607	406.976	437.390	423.591	385.646	383.400	399.069	379.820
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	79.959	74.604	78.068	77.326	57.982	82.992	87.804	102.251	100.822	94.443	84.925	87.636	90.970	87.477
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	61.495	57.396	65.571	65.766	45.884	73.558	77.296	76.477	69.487	65.361	60.745	64.255	70.038	66.562
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	73.887	65.614	75.622	80.838	59.865	82.548	83.624	96.385	87.689	77.734	70.220	73.812	81.382	78.433
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	14.838	13.219	14.939	12.927	9.255	18.265	15.464	21.278	18.383	14.946	14.000	14.660	15.178	15.715
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	19.803	20.023	19.840	16.648	12.304	23.249	24.568	23.978	25.126	23.770	24.789	21.872	22.428	23.298
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	32.994	30.841	32.831	31.358	25.028	39.985	36.418	39.347	39.342	43.582	38.823	35.912	38.986	36.909
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	16.953	16.503	16.538	16.220	15.190	16.997	16.809	18.706	17.079	18.785	17.319	18.350	19.945	18.124
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	1.098.165	1.092.661	1.080.392	1.047.987	819.288	1.144.043	1.137.737	1.255.630	1.272.951	1.293.497	1.197.609	1.190.535	1.253.523	1.224.287

Fonte: MTE/Caged.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan.-set./06	Set./06	Out./06	Nov./06	Dez./06	Jan./07	Fev./07	Mar./07	Abr./07	Mai./07	Jun./07	Jul./07	Ago./07	Set./07
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	5.254	4.987	5.350	5.751	6.595	5.555	5.537	5.693	4.971	6.115	5.644	5.932	6.517	5.747
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	1.244	1.145	1.466	1.724	2.011	1.556	1.248	1.263	1.092	1.355	1.113	1.623	1.505	1.085
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	10.520	10.036	10.685	9.827	15.432	11.801	10.907	10.671	10.207	12.131	11.216	11.945	11.554	11.030
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	586	446	699	679	615	552	589	593	768	672	725	763	787	521
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	16.124	16.958	17.550	17.642	19.982	19.618	16.149	19.035	15.516	18.495	18.367	16.550	17.096	17.673
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	1.122	1.120	1.252	1.132	1.397	1.425	1.169	1.173	970	1.344	1.544	1.392	1.561	1.244
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	3.481	4.049	2.959	3.914	3.868	3.353	2.969	3.438	2.955	3.684	3.399	3.715	4.142	3.781
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	6.355	5.451	7.106	7.197	9.101	8.678	6.731	7.369	6.903	7.929	7.709	8.076	8.401	7.616
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	4.028	4.203	4.624	5.264	6.142	4.677	4.845	4.687	3.699	4.370	4.759	4.428	4.925	4.073
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	19.157	18.075	20.079	19.198	21.792	26.625	21.769	21.369	18.349	21.792	20.916	19.912	21.936	18.486
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	10.955	8.973	10.564	10.156	12.309	14.467	10.804	11.912	9.367	10.958	9.713	10.169	10.582	9.354
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	6.140	4.976	4.695	5.326	6.233	13.033	7.745	7.112	4.900	5.921	5.738	6.209	6.759	5.409
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	24.502	21.495	22.226	24.687	27.244	34.242	36.996	25.590	22.790	22.651	20.216	24.308	24.570	21.586
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	8.744	5.220	6.227	6.150	6.923	9.420	15.601	21.707	13.180	6.026	5.165	5.116	7.109	5.057
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	5.080	5.482	5.431	5.237	6.381	5.458	4.923	7.200	5.251	5.846	5.392	5.289	5.488	5.205
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	36.999	35.605	39.083	38.155	37.897	38.516	34.300	38.817	36.215	40.687	41.167	38.967	42.558	36.420
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1199.582	1277.161	1424.471	1553.713	125.430	149.813	144.681	136.384	143.774	125.451	116.492	133.356	118.385	135.504	132.098	158.901	176.904	141.559
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	23.380	23.450	22.981	23.135	25.777	24.212	25.804	26.183	22.205	30.860	31.044	26.493	27.016	23.379
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	78.171	71.725	75.079	71.118	81.337	93.976	77.722	90.698	80.359	87.778	84.564	90.133	91.958	78.407
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2800.585	2929.226	3338.309	3602.301	286.491	273.710	287.496	344.620	391.765	318.545	305.197	339.753	307.970	342.124	320.163	323.993	340.020	302.402
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	69.506	64.690	66.895	74.346	79.817	74.128	73.847	82.161	73.344	78.083	76.459	77.568	78.934	73.288
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	56.179	49.555	52.085	51.751	59.904	59.169	62.613	71.726	59.728	65.481	57.686	60.940	62.897	54.838
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	69.897	62.060	63.289	63.516	73.332	67.628	69.981	87.459	72.681	81.116	71.352	75.502	80.709	63.447
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	13.055	11.436	14.237	13.935	18.489	13.447	12.829	15.755	13.870	15.574	13.702	16.334	14.390	13.583
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	17.878	17.338	20.660	22.587	18.743	16.629	16.308	20.734	20.040	21.619	18.636	19.983	20.367	20.207
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	28.750	28.405	29.351	35.203	41.806	29.693	28.403	32.250	32.013	34.965	31.587	33.124	34.222	32.783
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	15.380	15.523	13.847	16.774	18.115	16.721	18.240	21.785	13.232	18.200	15.868	16.178	17.287	14.939
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	944.409	915.926	950.597	1.015.408	1.136.781	1.038.575	989.718	1.109.489	970.960	1.081.280	1.015.942	1.063.543	1.120.194	973.119

Fonte: MTE/Caged.

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan.-set./06	Set./06	Out./06	Nov./06	Dez./06	Jan./07	Fev./07	Mar./07	Abr./07	Mai./07	Jun./07	Jul./07	Ago./07	Set./07
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	748	900	361	–119	–2.306	130	847	1.168	1.232	1.514	1.357	1.621	795	932
AC	1.331	1.422	815	–153	820	2.336	1.180	251	434	170	–311	–934	–319	–50	287	397	1	454	8	–53	203
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	19.939	12.732	1.827	2.998	2.141	1.795	–7.371	854	724	2.659	3.162	2.109	2.342	2.274	3.346	2.828
RR	145	403	41	247	914	1.463	668	91	173	–33	44	–163	102	128	83	69	405	–89	79	61	252
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	2.722	4.455	1.974	800	–6.464	–1.940	1.833	–369	3.482	2.397	2.910	6.930	5.720	4.464
AP	1.374	755	787	–239	2.906	1.291	1.412	62	587	339	473	44	–157	330	72	120	249	–13	387	316	194
TO	1.606	–443	425	3.026	5.803	994	2.140	385	–381	662	–585	–1.403	459	945	651	1.511	1.234	1.173	749	699	714
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	1.539	1.959	1.697	1.064	–2.879	–252	1.893	937	2.315	2.309	2.470	1.549	2.393	2.636
PI	2.312	–156	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	1.026	512	652	58	–2.407	69	–377	–125	1.146	1.126	600	655	860	2.206
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	2.749	8.165	6.530	6.263	–3.978	–4.356	–589	–200	4.033	2.836	2.667	6.364	9.582	7.781
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	1.358	7.444	2.172	2.781	–1.837	–2.627	–1.631	–1.162	1.138	959	2.439	3.936	4.833	5.845
PB	5.005	–141	7.160	–3.352	12.713	10.768	13.076	1.163	3.974	2.171	1.469	–1.033	–6.403	–1.336	28	2.104	1.446	305	2.944	4.903	3.455
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	3.924	27.469	6.818	3.973	–7.219	–9.722	–16.188	–1.195	4.735	11.356	8.854	1.953	12.205	23.499
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	444	27.689	8.643	1.139	–1.719	–2.562	–10.897	–16.545	–6.792	479	1.347	3.109	500	29.496
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	754	427	1.659	267	–1.121	115	713	–1.535	1.155	76	1.368	669	1.098	3.027
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	3.711	3.274	–1.636	141	–6.815	3.473	1.606	7.966	10.592	9.326	6.678	6.387	3.484	6.542
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	23.349	–9.896	–10.558	–7.637	–39.648	7.234	17.452	24.043	38.773	52.989	46.080	630	–16.281	2.258
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	3.445	2.456	3.640	2.270	–4.948	1.830	224	4.907	10.793	5.206	–3.276	1.736	722	3.345
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	9.315	14.531	12.817	19.727	–218	189	9.220	10.696	19.586	11.150	12.987	8.737	8.976	20.640
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	472.931	532.627	65.608	50.372	46.531	–24.004	–140.376	59.172	83.410	67.223	129.420	81.467	65.483	59.407	59.049	77.418
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	10.453	9.914	11.173	2.980	–21.835	8.864	13.957	20.090	27.478	16.360	8.466	10.068	12.036	14.189
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	5.316	7.841	13.486	14.015	–14.020	14.389	14.683	4.751	9.759	–120	3.059	3.315	7.141	11.724
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	3.990	3.554	12.333	17.322	–13.467	14.920	13.643	8.926	15.008	–3.382	–1.132	–1.690	673	14.986
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	1.783	1.783	702	–1.008	–9.234	4.818	2.635	5.523	4.513	–628	298	–1.674	788	2.132
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	–5.776	4.131	1.925	2.685	–820	–5.939	–6.439	6.620	8.260	3.244	5.086	2.151	6.153	1.889	2.061	3.091
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	4.245	2.436	3.480	–3.845	–16.778	10.292	8.015	7.097	7.329	8.617	7.236	2.788	4.764	4.126
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	1.574	980	2.691	–554	–2.925	276	–1.431	–3.079	3.847	585	1.451	2.172	2.658	3.185
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	2.262.204	2.306.351	153.756	176.735	129.795	32.579	–317.493	105.468	148.019	146.141	301.991	212.217	181.667	126.992	133.329	251.168

Fonte: MTE/Caged.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000		36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001		34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002		31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003		33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004		40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005		45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	178	12.178.972
2006		46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
	Jan.-set./2006	4.087	235.888	5.619	108.138	237.832	400.001	8.361	95.102	0	1.098.165
2006	Setembro	4.208	260.763	4.793	110.991	244.697	389.816	4.298	73.095	0	1.092.661
	Outubro	3.749	237.369	5.608	106.719	264.700	389.618	4.100	68.529	0	1.080.392
	Novembro	3.235	199.338	5.285	100.753	293.485	378.588	3.263	64.040	0	1.047.987
	Dezembro	2.991	132.767	4.945	76.768	241.527	320.791	2.460	37.039	0	819.288
2007	Janeiro	3.847	247.029	5.409	112.492	257.097	402.805	5.488	109.876	0	1.144.043
	Fevereiro	3.861	251.147	5.676	97.986	240.249	409.880	19.006	109.932	0	1.137.737
	Março	3.957	282.514	5.920	119.823	273.487	446.149	12.461	111.319	0	1.255.630
	Abril	4.701	316.836	5.409	117.563	264.897	418.508	8.131	136.906	0	1.272.951
	Maio	4.736	286.038	4.900	121.731	273.095	419.630	7.428	175.939	0	1.293.497
	Junho	4.230	242.801	5.471	121.115	261.072	394.862	6.809	161.249	0	1.197.609
	Julho	4.481	251.884	4.865	128.192	264.047	411.679	8.820	116.567	0	1.190.535
	Agosto	4.291	276.274	4.889	134.479	279.803	445.929	7.754	100.104	0	1.253.523
	Setembro	3.876	305.077	4.872	129.372	276.125	416.779	6.704	81.482	0	1.224.287
	Jan.-set./2007	4.220	273.289	5.268	120.306	265.541	418.469	9.178	122.597	0	1.218.868

Fonte: MTE/Caged.

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

		Extrativa mineral.	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000		33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001		31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002		25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003		26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004		30.020	2007.432	42.638	955.147	2235.595	3297.262	72.418	1132.618	90	9.773.220
2005		35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006		34.707	2442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
	Jan.-set./2006	2.824	197.372	4.450	93.537	210.119	343.071	5.365	74.616	0	944.409
2006	Setembro	2.928	178.782	3.803	98.421	198.316	335.264	4.088	94.324	0	915.926
	Outubro	2.893	191.567	5.495	105.996	209.062	333.842	3.994	97.748	0	950.597
	Novembro	3.317	226.169	8.198	111.243	206.058	341.970	3.656	114.797	0	1.015.408
	Dezembro	3.081	248.143	5.297	112.614	224.158	387.743	20.883	134.862	0	1.136.781
2007	Janeiro	3.172	207.911	4.600	100.784	266.996	355.490	6.985	92.637	0	1.038.575
	Fevereiro	2.828	220.355	4.706	92.464	228.485	347.052	5.869	87.959	0	989.718
	Março	3.426	241.976	5.173	102.570	260.619	389.622	6.130	99.973	0	1.109.489
	Abril	3.036	213.073	4.092	86.676	227.998	335.740	4.666	95.679	0	970.960
	Maio	3.520	228.552	4.642	107.999	255.838	380.040	5.090	95.599	0	1.081.280
	Junho	3.106	214.989	4.058	102.646	232.910	356.327	6.969	94.937	0	1.015.942
	Julho	3.318	222.888	4.400	109.296	236.126	373.525	5.409	108.581	0	1.063.543
	Agosto	3.588	236.875	4.403	108.203	243.615	386.975	5.625	130.910	0	1.120.194
	Setembro	3.099	192.963	4.242	98.975	225.773	343.725	4.497	99.845	0	973.119
	Jan.-set./2007	3.233	219.954	4.480	101.068	242.040	363.166	5.693	100.680	0	1.040.313

Fonte: MTE/Caged.

TABELA III.6
Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999		–1.332	14.899	–15.999	–113.143	14.576	14.902	9.176	–119.551	471	–196.001
2000		3.709	192.863	–15.290	–1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001		2.451	103.822	1.540	–33.404	209.805	310.962	11.774	–17.128	1.257	591.079
2002		5.583	161.171	5.277	–29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	–33	762.414
2003		6.605	128.791	3.147	–48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004		10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	–382	79.274	45	1.523.276
2005		9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	–12.878	47	1.253.952
2006		12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
	Jan.-set./2006	1.263	38.516	1.169	14.601	19.596	55.130	2.996	20.486	0	153.756
2006	Setembro	1.280	81.981	990	12.570	46.381	54.552	210	–21.229	0	176.735
	Outubro	856	45.802	113	723	55.638	55.776	106	–29.219	0	129.795
	Novembro	–82	–26.831	–2.913	–10.490	87.427	36.618	–393	–50.757	0	32.579
	Dezembro	–90	–115.376	–352	–35.846	17.369	–66.952	–18.423	–97.823	0	–317.493
2007	Janeiro	675	39.118	809	11.708	–9.899	47.315	–1.497	17.239	0	105.468
	Fevereiro	1.033	30.792	970	5.522	11.764	62.828	13.137	21.973	0	148.019
	Março	531	40.538	747	17.253	12.868	56.527	6.331	11.346	0	146.141
	Abril	1.665	103.763	1.317	30.887	36.899	82.768	3.465	41.227	0	301.991
	Maio	1.216	57.486	258	13.732	17.257	39.590	2.338	80.340	0	212.217
	Junho	1.124	27.812	1.413	18.469	28.162	38.535	–160	66.312	0	181.667
	Julho	1.163	28.996	465	18.896	27.921	38.154	3.411	7.986	0	126.992
	Agosto	703	39.399	486	26.276	36.188	58.954	2.129	–30.806	0	133.329
	Setembro	777	112.114	630	30.397	50.352	73.054	2.207	–18.363	0	251.168
	Jan.-set./2007	987	53.335	788	19.238	23.501	55.303	3.485	21.917	0	178.555

Fonte: MTE/Caged.

TABELA IV.1
Taxa de desemprego por região metropolitana: PME
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002[a]		12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003		13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004		12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005		13,1	15,5	8,9	7,7	10,3	7,4	9,8	7,4	9,7
2006		14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
	Jan.-set./2006	15,4	13,9	8,7	8,2	10,7	8,1	10,2	7,3	10,0
2006	Setembro	13,7	13,6	7,8	7,5	11,1	7,9	10,0	6,4	9,7
	Outubro	13,5	13,7	8,7	7,3	10,5	8,4	9,8	5,7	9,5
	Novembro	12,4	13,2	8,2	7,3	10,3	8,0	9,5	5,9	9,2
	Dezembro	10,4	12,4	7,1	6,5	9,0	6,6	8,4	5,6	8,2
2007	Janeiro	11,6	13,5	8,4	6,6	10,1	8,1	9,3	5,6	9,0
	Fevereiro	12,3	13,6	9,3	7,5	10,6	8,3	9,9	6,6	9,7
	Março	12,0	14,1	8,6	7,4	11,5	8,2	10,1	7,1	9,9
	Abril	12,1	14,2	8,1	7,5	11,6	7,9	10,1	6,4	9,8
	Maio	12,4	14,6	8,3	8,0	11,2	7,5	10,1	7,0	9,9
	Junho	12,6	14,6	7,8	8,0	10,2	7,4	9,7	7,0	9,5
	Julho	12,6	14,5	7,3	7,1	10,3	7,5	9,5	7,2	9,3
	Agosto	12,9	14,9	7,4	7,4	10,1	7,7	9,5	6,8	9,3
	Setembro	12,6	13,5	7,5	7,2	9,4	7,1	9,0	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	12,4	14,3	8,1	7,4	10,6	7,8	9,7	6,7	9,5

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.2
Taxa de desemprego aberto: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		12,1	12,7	10,0	16,4	11,3	11,5
2003		12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006		10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
	Jan.-set./2006	10,7	11,7	10,4	15,1	13,6	10,1
2006	Setembro	10,3	10,5	10,5	14,9	13,8	9,1
	Outubro	9,6	10,6	10,5	14,4	13,7	8,8
	Novembro	9,1	10,3	10,0	14,3	13,3	8,7
	Dezembro	9,0	10,2	9,2	13,4	12,7	8,6
2007	Janeiro	9,0	10,5	8,6	13,9	12,9	8,6
	Fevereiro	9,7	11,2	8,8	13,9	12,5	9,0
	Março	10,4	12,4	9,4	14,7	12,9	9,8
	Abril	10,9	12,5	10,1	15,1	12,9	9,9
	Maio	10,6	12,3	10,6	14,5	13,4	9,6
	Junho	10,3	12,0	10,8	14,0	13,1	9,2
	Julho	10,5	11,8	10,3	13,4	12,8	8,7
	Agosto	10,4	11,7	10,0	13,3	12,1	8,4
	Setembro	10,5	11,2	10,5	13,2	11,6	8,0
	Jan.-set./2007	10,3	11,7	9,9	14,0	12,7	9,0

Fonte: Dieese/PED.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.3
Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		2,0	3,5	1,9	3,2	4,5	2,4
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	4,8	3,0
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006		1,5	3,2	1,5	2,1	3,8	2,0
	Jan.-set./2006	1,5	3,3	n.d.	2,2	3,9	2,2
2006	Setembro	1,4	3,3	n.d.	1,6	3,7	1,7
	Outubro	1,3	3,2	n.d.	1,6	3,6	1,5
	Novembro	1,4	3,2	n.d.	1,9	3,3	1,3
	Dezembro	1,5	3,0	n.d.	1,8	3,2	1,4
2007	Janeiro	1,7	2,9	n.d.	1,9	3,6	1,4
	Fevereiro	1,7	2,8	n.d.	2,1	3,9	1,9
	Março	1,5	3,0	n.d.	2,2	4,1	1,9
	Abril	1,2	3,0	n.d.	2,1	3,9	1,9
	Maio	1,1	3,0	n.d.	1,7	3,7	1,8
	Junho	1,1	2,9	n.d.	1,5	3,5	1,5
	Julho	1,2	2,7	n.d.	1,6	3,4	1,6
	Agosto	1,3	2,8	n.d.	1,6	n.d.	1,6
	Setembro	1,3	2,7	n.d.	1,6	n.d.	1,7
	Jan.-set./2007	1,3	2,9	n.d.	1,8	3,7	1,7

Fonte: Dieese/PED.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.4
Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		4,9	4,1	3,5	7,8	4,7	4,1
2003		5,1	4,5	3,7	7,6	4,6	4,7
2004		5,1	4,2	3,5	7,6	4,4	4,1
2005		4,9	3,6	2,9	7,4	4,3	3,2
2006		4,0	4,3	3,1	6,6	4,1	2,2
	Jan.-set./2006	4,2	4,2	3,1	6,7	4,0	2,4
2006	Setembro	3,5	4,3	3,7	7,0	4,3	2,2
	Outubro	3,7	4,2	3,7	6,8	4,5	2,1
	Novembro	3,6	4,3	3,7	6,4	4,7	1,9
	Dezembro	3,7	4,5	3,7	6,3	4,3	1,6
2007	Janeiro	3,8	4,2	n.d.	6,3	4,2	1,9
	Fevereiro	4,0	3,8	n.d.	6,3	4,1	2,0
	Março	4,0	3,5	n.d.	6,0	n.d.	2,1
	Abril	4,2	3,5	n.d.	6,2	n.d.	1,7
	Maio	3,8	3,1	n.d.	6,3	n.d.	1,8
	Junho	3,5	3,2	n.d.	6,5	n.d.	2,0
	Julho	3,3	3,2	n.d.	6,5	n.d.	2,0
	Agosto	3,3	3,5	n.d.	6,9	n.d.	1,8
	Setembro	3,3	3,4	n.d.	7,0	n.d.	1,7
	Jan.-set./2007	3,7	3,5	n.d.	6,4	4,2	1,9

Fonte: Dieese/PED.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.5
Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002[a]		19,0	20,3	15,3	27,4	20,4	18,1
2003		19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006		15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
	Jan.-set./2006	16,4	19,1	14,6	24,0	21,5	14,7
2006	Setembro	15,3	18,1	14,3	23,5	21,8	13,0
	Outubro	14,6	17,9	14,2	22,9	21,8	12,4
	Novembro	14,1	17,8	13,7	22,6	21,3	11,9
	Dezembro	14,2	17,7	12,9	22,3	20,2	11,6
2007	Janeiro	14,4	17,6	12,2	22,1	20,7	12,0
	Fevereiro	15,3	17,9	12,3	22,3	20,4	12,9
	Março	15,9	18,9	12,9	22,9	21,1	13,8
	Abril	16,3	19,0	13,6	23,4	20,7	13,5
	Maio	15,5	18,4	14,1	22,5	21,1	13,2
	Junho	14,9	18,1	14,4	22,0	20,5	12,7
	Julho	15,0	17,7	13,8	21,5	20,3	12,3
	Agosto	15,0	18,1	13,4	21,8	19,5	11,8
	Setembro	15,1	17,3	14,3	21,7	19,2	11,4
	Jan.-set./2007	15,3	18,1	13,4	22,2	20,4	12,6

Fonte: Dieese/PED.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.6
Taxa de desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		9,9	13,9
2003		10,1	15,2
2004		9,1	14,4
2005		7,8	12,4
2006		8,1	12,2
	Jan.-set./2006	8,3	12,5
2006	Setembro	7,9	12,4
	Outubro	7,9	12,1
	Novembro	7,8	11,6
	Dezembro	7,0	10,0
2007	Janeiro	7,6	11,3
	Fevereiro	8,1	12,0
	Março	8,3	12,4
	Abril	8,1	12,5
	Maio	8,3	12,4
	Junho	7,7	12,0
	Julho	7,3	12,0
	Agosto	7,4	12,0
	Setembro	6,9	11,5
	Jan.-set./2007	7,8	12,0

Fonte: IBGE/PME.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7
Taxa de desemprego por grau de instrução: PME
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		12,0	15,4	9,6
2003		12,0	16,6	10,7
2004		10,5	15,8	10,4
2005		8,8	13,4	9,1
2006		8,9	13,6	9,2
	Jan.-set./2006	9,1	13,9	9,5
2006	Setembro	8,8	14,2	9,1
	Outubro	8,9	14,0	8,8
	Novembro	8,5	13,8	8,6
	Dezembro	7,6	11,1	7,8
2007	Janeiro	8,1	12,1	8,9
	Fevereiro	8,7	12,7	9,5
	Março	8,5	13,3	9,9
	Abril	8,7	13,6	9,7
	Maio	8,2	14,4	9,7
	Junho	8,5	12,7	9,2
	Julho	8,4	12,9	8,8
	Agosto	8,3	12,9	9,0
	Setembro	7,9	12,6	8,3
	Jan.-set./2007	8,4	13,0	9,3

Fonte: IBGE/PME.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8
Taxa de desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período		15-17	18-24	25-49	> = 50
2002[a]		34,2	21,6	9,0	4,9
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005		33,3	20,6	7,4	3,7
2006		32,6	21,0	7,6	3,7
	Jan.-set./2006	33,1	21,5	7,7	3,8
2006	Setembro	33,8	21,0	7,5	3,6
	Outubro	34,5	20,0	7,4	4,0
	Novembro	32,3	20,0	7,3	3,4
	Dezembro	26,5	18,6	6,3	2,9
2007	Janeiro	33,0	19,5	7,1	3,4
	Fevereiro	32,1	20,4	7,8	3,5
	Março	35,3	21,8	7,7	3,4
	Abril	33,8	21,4	7,8	3,1
	Maio	35,7	21,4	7,7	3,6
	Junho	29,3	21,1	7,4	3,3
	Julho	30,6	20,6	7,2	3,4
	Agosto	32,4	20,5	7,3	3,5
	Setembro	32,2	18,7	7,1	3,2
	Jan.-set./2007	32,8	20,8	7,5	3,4

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.9
Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		7,1	15,7
2003		7,2	16,9
2004		6,4	15,9
2005		5,6	13,6
2006		5,6	13,7
	Jan.-set./2006	5,8	14,0
2006	Setembro	5,7	13,6
	Outubro	5,5	13,4
	Novembro	5,3	13,1
	Dezembro	4,6	11,6
2007	Janeiro	5,2	12,8
	Fevereiro	5,3	13,7
	Março	5,5	14,1
	Abril	5,4	14,1
	Maio	5,5	14,1
	Junho	5,3	13,4
	Julho	4,9	13,3
	Agosto	5,0	13,4
	Setembro	4,8	12,5
	Jan.-set./2007	5,3	13,6

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10
Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		47,7	52,3
2003		45,4	54,6
2004		43,6	56,4
2005		43,5	56,5
2006		44,8	55,2
	Jan.-set./2006	44,7	55,3
2006	Setembro	43,1	56,9
	Outubro	44,0	56,0
	Novembro	45,0	55,0
	Dezembro	46,1	53,9
2007	Janeiro	45,3	54,7
	Fevereiro	44,7	55,3
	Março	44,6	55,4
	Abril	43,9	56,1
	Maio	44,5	55,5
	Junho	43,8	56,2
	Julho	42,4	57,6
	Agosto	42,3	57,7
	Setembro	41,7	58,3
	Jan.-set./2007	43,7	56,3

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11
Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		29,1	70,9
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005		26,4	73,6
2006		26,1	73,9
	Jan.-set./2006	26,2	73,8
2006	Setembro	26,3	73,7
	Outubro	25,9	74,1
	Novembro	25,4	74,6
	Dezembro	25,3	74,7
2007	Janeiro	25,9	74,1
	Fevereiro	24,6	75,4
	Março	24,9	75,1
	Abril	24,2	75,8
	Maio	24,8	75,2
	Junho	25,1	74,9
	Julho	23,9	76,1
	Agosto	24,2	75,8
	Setembro	24,5	75,5
	Jan.-set./2007	24,7	75,3

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12
Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,8	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,5	46,4	6,4
2006		0,5	8,0	38,2	46,9	6,4
	Jan.-set./2006	0,5	8,0	38,1	47,0	6,4
2006	Setembro	0,6	8,2	38,4	46,4	6,4
	Outubro	0,6	8,7	37,2	46,3	7,2
	Novembro	0,5	8,1	38,0	46,9	6,4
	Dezembro	0,4	7,1	39,9	46,3	6,3
2007	Janeiro	0,3	8,0	37,6	47,4	6,7
	Fevereiro	0,3	7,5	37,0	48,8	6,4
	Março	0,6	8,0	39,0	46,5	5,9
	Abril	0,7	7,9	38,5	47,5	5,4
	Maio	0,7	8,0	38,2	46,9	6,2
	Junho	0,6	6,7	38,9	47,7	6,1
	Julho	0,7	7,1	38,3	47,4	6,5
	Agosto	0,6	7,3	37,7	47,9	6,6
	Setembro	0,6	8,1	36,1	48,8	6,4
	Jan.-set./2007	0,5	7,6	37,9	47,7	6,2

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.13
Composição do desemprego por grau de instrução: PME
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002[a]		36,2	26,9	36,8
2003		33,2	26,9	39,9
2004		29,9	26,9	43,2
2005		27,7	26,1	46,2
2006		26,4	25,8	47,9
	Jan.-set./2006	26,5	25,6	48,0
2006	Setembro	26,5	26,3	47,2
	Outubro	26,6	26,9	46,5
	Novembro	26,0	27,4	46,6
	Dezembro	26,0	24,6	49,4
2007	Janeiro	24,6	24,0	51,4
	Fevereiro	25,0	23,6	51,4
	Março	23,3	24,3	52,3
	Abril	24,0	25,0	51,0
	Maio	22,4	26,3	51,2
	Junho	24,5	24,3	51,2
	Julho	25,0	25,3	49,8
	Agosto	24,4	25,2	50,3
	Setembro	24,6	26,6	48,8
	Jan.-set./2007	24,2	25,0	50,8

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14
Composição do desemprego por faixa de duração: PME
(Em %)

Período		< 1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002[a]		20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005		22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006		21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
	Jan.-set./2006	21,5	46,7	8,7	12,3	10,8
2006	Setembro	21,4	47,2	10,8	10,9	9,6
	Outubro	22,8	45,1	12,2	11,5	8,4
	Novembro	20,3	47,9	10,9	12,9	8,0
	Dezembro	22,8	44,6	10,3	13,6	8,7
2007	Janeiro	26,3	46,0	6,6	12,9	8,3
	Fevereiro	24,7	48,2	7,2	11,5	8,5
	Março	24,5	47,9	7,4	11,8	8,4
	Abril	23,0	50,0	7,0	11,3	8,6
	Maio	26,2	46,8	6,7	12,0	8,3
	Junho	24,3	48,5	7,1	11,8	8,3
	Julho	25,6	45,8	8,6	11,8	8,1
	Agosto	23,8	45,5	9,8	11,8	9,2
	Setembro	24,1	45,2	10,4	12,7	7,6
	Jan.-set./2007	24,7	47,1	7,9	12,0	8,4

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1
Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período		Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B.[a]
	2002	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
	2003	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
	2004	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
	2005	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
	2006	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
	Jan./set. 2006	4.446.930	4.364.499	98,15	1,31
2006	Setembro	439.950	432.478	98,30	1,30
	Outubro	454.574	446.318	98,18	1,30
	Novembro	479.362	470.819	98,22	1,31
	Dezembro	476.175	467.875	98,26	1,31
2007	Janeiro	545.507	534.528	97,99	1,32
	Fevereiro	467.977	459.701	98,23	1,32
	Março	608.801	596.693	98,01	1,33
	Abril	521.958	511.710	98,04	1,27
	Maio	567.570	551.940	97,25	1,26
	Junho	486.666	465.303	95,61	1,27
	Julho	373.614	353.639	94,65	1,27
	Agosto	541.696	525.435	97,00	1,27
	Setembro	466.136	444.133	95,28	1,28
	Jan.-set./2007[b]	4.579.925	4.443.082	96,89	1,29

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego.

[a] Valor médio do benefício em SMR.

[b] Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

TABELA VI.1
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região
(Em R$ de setembro de 2007)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT[a]	Total
2002[b]		854,11	870,24	1.027,28	1.190,22	1.333,99	1.106,40	1.187,11	n.d.	n.d.
2003		739,86	822,24	931,08	1.010,33	1.183,12	1.010,07	1.046,28	991,04	1.042,42
2004		721,43	805,41	929,06	998,64	1.164,52	1.016,43	1.033,32	1.022,37	1.032,55
2005		744,58	820,46	950,12	1.020,20	1.178,95	1.004,07	1.049,43	1.014,26	1.046,97
2006		779,80	864,88	988,04	1.048,09	1.238,95	1.037,56	1.091,29	1.094,03	1.091,49
	Jan.-set./2006	772,50	848,58	985,13	1.039,18	1.233,35	1.029,62	1.084,22	1.073,21	1.083,45
	Setembro	767,32	906,36	999,01	1.058,81	1.214,56	1.058,61	1.088,12	1.159,48	1.093,12
	Outubro	801,25	923,73	998,82	1.091,79	1.232,53	1.057,39	1.107,37	1.145,04	1.110,00
	Novembro	818,14	916,78	992,24	1.050,44	1.259,35	1.070,99	1.109,26	1.154,91	1.112,45
	Dezembro	785,78	900,85	999,28	1.082,17	1.275,37	1.055,73	1.120,93	1.083,20	1.118,29
2007	Janeiro	792,35	876,28	1.033,56	1.075,41	1.248,10	1.043,07	1.109,00	1.104,99	1.108,72
	Fevereiro	788,51	869,64	1.018,82	1.068,84	1.301,29	1.073,69	1.130,31	1.108,61	1.128,79
	Março	775,67	871,81	983,31	1.113,41	1.282,89	1.083,02	1.129,93	1.057,81	1.124,88
	Abril	804,04	874,04	1.015,84	1.120,07	1.274,50	1.076,64	1.132,86	1.058,23	1.127,64
	Maio	789,28	922,84	1.018,72	1.119,46	1.278,37	1.073,77	1.136,20	1.075,67	1.131,96
	Junho	791,24	877,65	1.021,35	1.139,91	1.255,89	1.080,09	1.130,65	1.019,72	1.122,89
	Julho	803,07	879,86	1.025,33	1.130,77	1.228,22	1.083,77	1.117,13	1.040,33	1.111,75
	Agosto	838,94	876,66	1.032,80	1.097,04	1.230,01	1.073,96	1.111,89	1.131,39	1.113,25
	Setembro	787,50	878,10	1.013,10	1.119,20	1.231,00	1.095,80	1.115,00	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	796,73	880,76	1.018,09	1.109,34	1.258,92	1.075,98	1.123,66	1.074,59	1.120,23

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.2
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região
(Em R$ de agosto de 2007)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT[a]	Total
2002[a]		838,01	881,61	1.027,79	1.164,94	1.343,08	1.078,96	1.181,83	n.d.	n.d.
2003		723,14	816,96	923,57	1.012,11	1.162,20	998,22	1.034,79	960,31	1.029,58
2004		701,36	800,70	923,51	998,71	1.178,62	1.011,97	1.036,83	983,98	1.033,13
2005		748,31	837,35	957,06	1.024,81	1.198,23	1.012,16	1.061,66	1.003,81	1.057,61
2006		797,02	881,04	1.001,82	1.055,62	1.264,94	1.050,30	1.108,87	1.103,90	1.108,52
	Jan.-ago./2006	763,41	842,11	973,22	1.013,89	1.224,15	1.016,44	1.070,56	1.061,35	1.069,92
2006	Agosto	743,09	898,42	978,20	1.042,06	1.196,25	1.042,77	1.070,46	1.137,44	1.075,14
	Setembro	788,55	906,79	977,32	1.077,22	1.218,86	1.049,65	1.092,93	1.122,61	1.095,01
	Outubro	810,19	909,39	981,61	1.043,36	1.248,74	1.058,74	1.099,76	1.151,40	1.103,37
	Novembro	791,53	980,24	1.004,54	1.122,98	1.406,93	1.091,57	1.195,18	1.135,76	1.191,02
	Dezembro	1.066,69	1.039,19	1.272,63	1.312,71	1.511,62	1.272,05	1.354,10	1.270,11	1.348,22
2007	Janeiro	780,41	905,53	986,77	1.072,45	1.283,88	1.055,06	1.121,20	1.098,90	1.119,64
	Fevereiro	764,47	873,22	953,86	1.102,68	1.261,44	1.069,36	1.113,25	1.050,46	1.108,85
	Março	785,15	860,99	981,57	1.099,90	1.255,04	1.065,09	1.112,61	1.048,00	1.108,09
	Abril	773,31	909,04	993,75	1.115,99	1.263,65	1.061,34	1.123,20	1.073,16	1.119,70
	Maio	781,76	865,00	1.004,78	1.116,31	1.240,66	1.073,26	1.114,29	1.020,04	1.107,69
	Junho	791,85	870,55	1.011,12	1.113,77	1.210,52	1.076,96	1.102,27	1.032,52	1.097,38
	Julho	826,55	863,93	1.009,62	1.090,22	1.222,38	1.067,41	1.102,21	1.121,93	1.103,59
	Agosto	778,89	860,75	993,50	1.107,87	1.219,78	1.077,95	1.102,06	n.d.	n.d.
	Jan.-ago./2007	785,30	876,13	991,87	1.102,40	1.244,67	1.068,31	1.111,39	1.063,57	1.108,04

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.3
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de setembro de 2007)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.149,29	725,98	1.036,82	1.654,12	1.019,52	1.187,11
2003		1.063,29	667,13	951,88	1.537,03	826,15	1.046,28
2004		1.060,44	663,09	946,10	1.504,98	821,30	1.033,32
2005		1.051,50	691,86	950,89	1.561,52	838,08	1.049,43
2006		1.087,90	713,73	989,91	1.646,72	877,94	1.091,29
	Jan.-set./2006	1.088,84	708,98	989,04	1.625,67	863,10	1.084,22
2006	Setembro	1.099,00	732,04	1.000,85	1.655,88	866,60	1.088,12
	Outubro	1.079,74	740,64	990,93	1.725,42	894,09	1.107,37
	Novembro	1.087,75	729,01	994,15	1.705,29	924,43	1.109,26
	Dezembro	1.087,75	714,24	992,54	1.698,85	948,86	1.120,93
2007	Janeiro	1.072,29	740,09	987,81	1.732,92	910,80	1.109,00
	Fevereiro	1.121,93	768,25	1.034,17	1.721,82	948,46	1.130,31
	Março	1.101,00	724,90	1.007,31	1.737,10	949,77	1.129,93
	Abril	1.120,35	714,09	1.018,56	1.778,21	924,49	1.132,86
	Maio	1.118,45	756,99	1.029,81	1.766,31	928,29	1.136,20
	Junho	1.088,53	776,36	1.011,34	1.739,42	959,52	1.130,65
	Julho	1.103,92	749,62	1.017,54	1.721,91	935,59	1.117,13
	Agosto	1.089,24	749,98	1.008,35	1.658,11	890,29	1.111,89
	Setembro	1.084,50	730,00	998,80	1.734,10	940,20	1.115,00
	Jan.-set/2007	1.100,02	745,59	1.012,63	1.732,21	931,94	1.123,66

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA VI.4
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de agosto de 2007)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.170,68	701,96	1.045,61	1.680,47	974,20	1.181,83
2003		1.083,29	642,73	959,12	1.548,76	786,61	1.034,79
2004		1.087,46	649,21	960,98	1.531,53	798,29	1.036,83
2005		1.085,41	679,88	972,77	1.606,25	824,52	1.061,66
2006		1.131,54	701,33	1.019,61	1.719,40	855,94	1.108,87
	Jan.-ago./2006	1.089,30	684,90	983,39	1.620,62	833,11	1.070,56
2006	Agosto	1.096,46	710,81	993,39	1.653,13	829,19	1.070,46
	Setembro	1.081,53	719,90	986,73	1.729,02	862,31	1.092,93
	Outubro	1.087,87	710,41	989,37	1.711,04	898,47	1.099,76
	Novembro	1.226,14	717,38	1.096,38	1.865,08	940,95	1.195,18
	Dezembro	1.468,57	789,05	1.295,78	2.362,71	904,65	1.354,10
2007	Janeiro	1.128,89	750,85	1.035,07	1.755,88	906,60	1.121,20
	Fevereiro	1.103,03	703,38	1.003,42	1.740,41	917,51	1.113,25
	Março	1.116,69	695,37	1.011,18	1.772,34	884,18	1.112,61
	Abril	1.117,91	735,24	1.024,05	1.767,94	905,48	1.123,20
	Maio	1.090,56	760,44	1.008,92	1.741,57	919,67	1.114,29
	Junho	1.104,69	731,11	1.013,57	1.725,07	903,65	1.102,27
	Julho	1.094,95	737,73	1.009,78	1.668,59	854,65	1.102,21
	Agosto	1.083,42	712,39	993,72	1.734,38	909,63	1.102,06
	Jan.-ago./2007	1.105,02	728,31	1.012,46	1.738,27	900,17	1.111,39

Fonte: IBGE/PME.

[a] Média referente ao período fev.-dez.

TABELA VI.5
Salário mínimo real
(Em R$ de setembro de 2007)

Período		SMR
2002		137,02
2003		189,11
2004		221,15
2005		264,72
2006		321,68
	Janeiro-setembro/2006	316,68
	Setembro	333,60
	Outubro	335,03
	Novembro	336,44
	Dezembro	338,53
2007	Janeiro	340,19
	Fevereiro	341,61
	Março	343,12
	Abril	373,50
	Maio	374,47
	Junho	375,63
	Julho	376,83
	Agosto	379,05
	Setembro	380,00
	Janeiro-outubro/2007	364,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PME.

TABELA VII.1
Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002[a]		23,9	22,0	20,0	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003		24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,7	21,9	17,1	21,6
2004		23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005		23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	21,9
2006		23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,6	14,9	21,2
	Jan.-set./2006	23,4	22,9	20,3	19,8	23,3	19,0	21,7	15,0	21,2
2006	Setembro	24,7	23,3	21,6	19,7	24,1	18,5	22,2	14,8	21,7
	Outubro	24,7	22,9	21,4	19,4	23,1	18,2	21,7	15,6	21,2
	Novembro	24,5	22,6	20,9	19,2	22,7	18,8	21,4	14,3	20,9
	Dezembro	23,7	22,3	20,8	19,1	22,4	19,2	21,2	13,9	20,7
2007	Janeiro	22,7	21,5	20,8	19,2	22,0	19,6	21,0	12,9	20,4
	Fevereiro	22,3	21,5	21,2	18,5	22,3	18,9	20,9	13,3	20,4
	Março	22,7	22,2	21,3	18,7	22,7	17,7	21,1	13,6	20,6
	Abril	23,1	21,6	21,8	18,1	22,8	19,0	21,1	14,5	20,7
	Maio	22,6	22,7	20,5	18,5	22,2	19,0	20,9	14,3	20,4
	Junho	23,9	21,9	20,4	19,0	21,9	19,0	20,9	14,5	20,4
	Julho	21,8	22,0	19,9	18,6	22,2	19,2	20,8	15,6	20,4
	Agosto	22,5	21,9	20,2	18,5	21,2	18,7	20,4	15,2	20,0
	Setembro	22,7	22,0	21,1	18,7	21,3	18,0	20,5	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	22,7	21,9	20,8	18,6	22,1	18,8	20,8	14,2	20,4

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.2
Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002[a]		22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003		24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,4	20,0
2004		24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,6	20,3
2005		22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	18,8	19,3
2006		22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,1	19,2	19,1
	Jan.-set./2006	22,0	22,3	18,2	23,0	15,9	18,7	19,0	19,1	19,0
2006	Setembro	21,8	22,3	18,3	23,9	15,4	18,9	19,0	19,6	19,1
	Outubro	22,0	22,6	17,8	23,7	16,3	18,8	19,3	19,7	19,3
	Novembro	21,5	22,9	18,1	23,6	16,7	19,0	19,5	19,7	19,5
	Dezembro	22,2	23,1	18,1	23,4	17,4	18,8	19,8	19,6	19,8
2007	Janeiro	21,6	22,2	17,6	22,8	17,7	18,0	19,6	19,8	19,6
	Fevereiro	21,1	22,3	17,7	23,3	17,1	17,9	19,4	19,9	19,4
	Março	21,2	22,2	17,9	23,5	17,1	18,8	19,5	20,3	19,6
	Abril	20,8	23,1	17,2	23,5	16,2	19,0	19,1	19,4	19,2
	Maio	20,3	23,5	18,1	23,2	16,9	18,4	19,4	20,1	19,5
	Junho	21,1	22,9	18,0	23,5	17,5	18,1	19,7	19,9	19,7
	Julho	21,7	22,6	17,6	23,1	17,1	18,1	19,4	19,4	19,4
	Agosto	20,7	22,5	17,8	22,2	16,9	17,3	19,0	20,3	19,1
	Setembro	20,0	22,3	17,8	22,1	17,5	18,9	19,3	n.d.	n.d.
	Jan.-set./2007	20,9	22,6	17,7	23,0	17,1	18,3	19,4	19,9	19,4

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.3
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002[a]		88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	66,9	n.d.	n.d.
2003		84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,4	47,6	66,9
2004		74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,4	51,8	66,3
2005		79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,5	46,1	58,5
2006		92,5	82,0	63,8	56,9	60,7	55,8	61,2	46,5	60,1
	Jan.-ago./2006	85,6	86,6	61,6	52,8	60,1	49,0	59,2	44,6	58,2
2006	Agosto	80,9	67,8	59,8	46,4	53,9	56,8	54,3	31,4	52,7
	Setembro	81,3	36,4	57,6	57,8	45,4	50,8	50,2	32,5	49,0
	Outubro	80,9	74,2	62,0	59,4	46,4	61,2	53,1	41,3	52,3
	Novembro	93,0	84,4	59,7	62,3	76,3	60,2	70,9	62,4	70,3
	Dezembro	170,2	96,0	93,6	80,6	79,4	105,7	86,1	64,7	84,6
2007	Janeiro	71,6	92,6	44,5	58,2	47,8	39,0	50,3	37,0	49,4
	Fevereiro	96,2	89,7	64,8	56,4	53,7	53,3	56,8	43,3	55,9
	Março	79,9	57,5	61,8	57,3	64,3	47,3	60,6	33,3	58,7
	Abril	86,3	69,5	51,8	45,5	52,7	45,4	52,0	29,2	50,4
	Maio	81,9	76,6	49,6	36,8	39,4	55,1	43,4	43,0	43,4
	Junho	80,2	69,1	49,4	38,1	55,9	42,1	51,1	35,2	50,0
	Julho	73,4	91,4	69,0	39,5	44,3	47,1	48,4	24,7	46,8
	Agosto	72,7	89,4	52,4	56,2	47,0	45,8	52,1	n.d.	n.d.
	Jan.-ago./2007	80,3	79,5	55,4	48,5	50,6	46,9	51,9	35,1	50,7

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
n.d. = não-disponível.

TABELA VII.4
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002[a]		40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,4	n.d.	n.d.
2003		62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,7	8,9	35,7
2004		49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,1	10,5	34,3
2005		42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,6	–0,6	29,3
2006		54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,1	–3,1	29,7
	Jan.-ago./2006	48,8	57,4	10,4	26,8	30,2	–0,3	30,8	–5,9	28,2
2006	Agosto	62,4	58,0	15,3	25,0	32,2	–2,0	32,2	–8,9	29,4
	Setembro	58,3	57,4	18,4	21,9	20,7	–1,8	25,4	–0,6	23,6
	Outubro	50,7	52,8	8,9	18,0	17,2	–5,1	21,1	–6,2	19,2
	Novembro	44,8	60,1	10,1	22,6	30,2	4,0	30,3	9,5	28,9
	Dezembro	106,8	67,9	44,4	55,1	66,4	24,7	62,3	6,9	58,5
2007	Janeiro	37,6	50,4	14,6	21,9	21,4	2,8	24,5	–13,3	21,9
	Fevereiro	39,2	48,4	18,9	9,5	22,1	0,4	20,2	–7,6	18,3
	Março	41,0	50,8	10,1	14,2	32,4	–1,2	26,3	0,4	24,5
	Abril	41,6	61,3	4,8	7,0	31,4	1,0	23,5	–2,8	21,6
	Maio	40,0	54,9	6,7	4,6	24,3	–6,4	18,6	5,2	17,6
	Junho	45,7	68,8	5,2	18,3	20,1	–2,5	22,2	–2,3	20,5
	Julho	22,2	63,0	23,4	28,1	24,7	1,2	28,1	–3,3	25,9
	Agosto	31,7	58,4	9,4	23,8	12,3	3,5	19,1	n.d.	n.d.
	Jan.-ago./2007	37,4	57,0	11,6	15,9	23,6	–0,1	22,8	–3,4	21,0

Fontes: IBGE/PME e Ipardes/PME.

[a] Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Supervisão
Marcos Hecksher

Revisão
Lucia Duarte Moreira
Alejandro Sainz de Vicuña
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração
Roberto das Chagas Campos
Camila Guimarães Simas
Camila Oliveira de Souza (estagiário)
Carlos Henrique Santos Vianna

Reprografia
Edson Soares

Brasília
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 9º andar
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5090 Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Nilo Peçanha, 50 - 6º andar – Grupo 609
20044-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3515-8433 Fax: (21) 3515-8426
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: http://www.ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo
Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5374
Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br